



INSTITUTO NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.



Relatório de Gestão

2022

ÍNDICE

Sumário Executivo.....	3
Nota Introdutória	5
Enquadramento Organizacional.....	6
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidades.....	11
Plano Estratégico INA 2022-2026.....	17
Plano de Atividades.....	18
Apreciação dos serviços prestados	37
Audição de Dirigentes Intermédios e Trabalhadores.....	37
Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)	39
Publicidade Institucional	41
Programa de Gestão do Património Imobiliário	41
Medidas de Modernização Administrativa	42
Proposta de Menção	43
Análise da Afetação de Recursos Humanos	46
Análise Orçamental e Financeira.....	48
Análise da Situação Financeira.....	51
Apreciação de Resultados e Avaliação Final	55
Conclusões Prospectivas.....	57

Sumário Executivo

O presente relatório tem como objetivo indicar qualitativa e quantitativamente os resultados alcançados pelo INA no ano 2022, em consonância com os indicadores dos objetivos estratégicos referentes ao Plano Estratégico, devidamente ajustados ao ano 2022 no Plano de Atividades, e objetivos operacionais fixados no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do Instituto Nacional de Administração, I.P..

Na consolidação da matriz estratégica 2022-2026, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos, que foram operacionalizados e desenvolvidos em 2022:

- **OE1 - Promover a capacitação** - baseada no conhecimento – de pessoas, equipas e entidades da Administração Pública, em estreita colaboração com as Instituições do Ensino Superior;
- **OE2 - Incentivar a investigação e o desenvolvimento e a inovação** em gestão e serviço público;
- **OE3 - Aumentar a notoriedade da marca INA**, relevando a cultura da instituição e o valor público dos serviços que proporciona;
- **OE4 - Reforçar o posicionamento institucional** enquanto parceiro natural em redes efetivas de cooperação internacional.

Para a sua concretização, foram definidos sete objetivos operacionais, que foram totalmente atingidos, resultando numa taxa de execução global de 101%, agrupados por parâmetros de **Eficácia** – (i) Implementar as medidas de capacitação da Administração Pública previstas no âmbito do PRR; (ii) Rever e reforçar a oferta formativa anual do INA, com enfoque nas necessidades prioritárias de capacitação da Administração Pública, em particular em áreas estratégicas; (iii) Disponibilizar formação dirigida a dirigentes e trabalhadores da AP, em parceria com instituições do ensino superior; **Eficiência** – (i) Agregar e dinamizar um ecossistema gerador de conhecimento de valor público, em ligação estreita com as unidades de investigação e

desenvolvimento; (ii) Implementar a transformação digital do INA, e **Qualidade** – (i) Desenvolver e implementar uma política integrada de Recursos Humanos; (ii) Promover a relação com formadores e potenciais formadores do INA.

A atividade realizada foi em grande parte enquadrada pelo estabelecido no Plano de Atividades aprovado, onde se garantiu o alinhamento estratégico entre estes objetivos operacionais e os objetivos e iniciativas programadas para execução sob a responsabilidade das diferentes unidades orgânicas. No âmbito da prossecução dos objetivos operacionais foram realizadas 32 medidas, que foram monitorizadas e avaliadas através de 45 indicadores de execução e as respetivas métricas para aferição da taxa de realização das atividades inscritas no Plano de Atividades, cuja elaboração teve como objetivo a prossecução dos quatro objetivos estratégicos supracitados, com a destaque no OE1 e OE2, centrados na capacitação, investigação, desenvolvimento e inovação da e na Administração Pública.

No relatório aqui apresentado, foi realizada uma síntese das principais iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, procurando, deste modo, aferir o grau de prossecução das mesmas. No final, é apresentada a autoavaliação do QUAR 2022 e o resultado global obtido: uma taxa de realização global de 101%, bem como o resultado global obtido do Plano de Atividades: uma taxa de realização global de 129%, a que corresponde a classificação de **Bom**.

O Conselho Diretivo

Nota Introdutória

A estrutura do documento foi definida de acordo com as linhas de orientação para a elaboração do Relatório de Atividades e Autoavaliação emanadas pela Entidade Coordenadora, no caso em concreto, a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e enquadradas com o disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Relativamente ao ambiente externo, o ano de 2022 foi particularmente marcado por acontecimentos (nacionais e internacionais) que produziram efeitos a curto, médio e longo e prazo com impacto na atividade da Administração Pública e, consequentemente na atividade do INA, destacando-se no plano nacional a convocação de eleições legislativas antecipadas, a tomada de posse do XXIII Governo Constitucional e a vigência do regime de duodécimos no primeiro semestre do ano. No plano internacional, cumpre realçar o crescimento significativo da taxa de inflação, o aumento das taxas de juro e alterações na política económica e monetária do Banco Central Europeu, ao qual se somou ainda como componente influente o eixo geopolítico, nomeadamente, a situação de Guerra na Europa.

No que concerne ao ambiente interno, afigura-se importante realçar a continuidade da operacionalização dos programas previstos no PRR afetos à responsabilidade do INA, cujo prazo de execução constitui um enorme desafio para todos os organismos, acentuado pelos constrangimentos naturais registados no início de 2022 face aos acontecimentos referenciados anteriormente no plano nacional. Cumpre, ainda, assinalar que o Plano de Atividades e QUAR de 2022 foram os primeiros instrumentos de gestão elaborados após a reestruturação orgânica e funcional deste organismo, designadamente, a transição de Direção-Geral para Instituto Público.

Enquadramento Organizacional

A identidade institucional das organizações é um elemento constante nos documentos de gestão de todas as entidades públicas, afigurando-se neste ciclo de gestão, e considerando a restruturação ocorrida em 2021, especialmente relevante. A refundação do INA, I.P. – de novo um Instituto Público (IP) - dotado de atribuições de ensino e formação ao nível da Administração Pública, com reformulada missão, orgânica, atribuições, visão e valores.

Missão

“O INA, I.P., tem por missão fundamental a criação, transmissão e difusão do conhecimento no domínio da Administração Pública, contribuindo, através da formação, ensino, investigação científica e da assessoria técnica, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma.”

Orgânica

São órgãos do INA, o Conselho Diretivo, o Conselho Estratégico e o Fiscal Único. A organização interna do INA, aprovada pela Portaria n.º 100B/2021, de 11 maio, consagra uma estrutura constituída por quatro unidades orgânicas nucleares (Direções de Serviço), estando prevista a possibilidade de criação de unidades orgânicas flexíveis pelo Conselho Diretivo. O Despacho 6549/2022, de 24 de maio, veio incluir alterações à orgânica do INA, como forma de clarificar o foco nos objetivos de inovação e investigação e de permitir uma maior concatenação entre formação e inovação, deste modo foram recriadas as unidades intermédias de segundo grau no âmbito do INA, I.P.. Nestes termos, foi definida a orgânica, representada na figura seguinte.

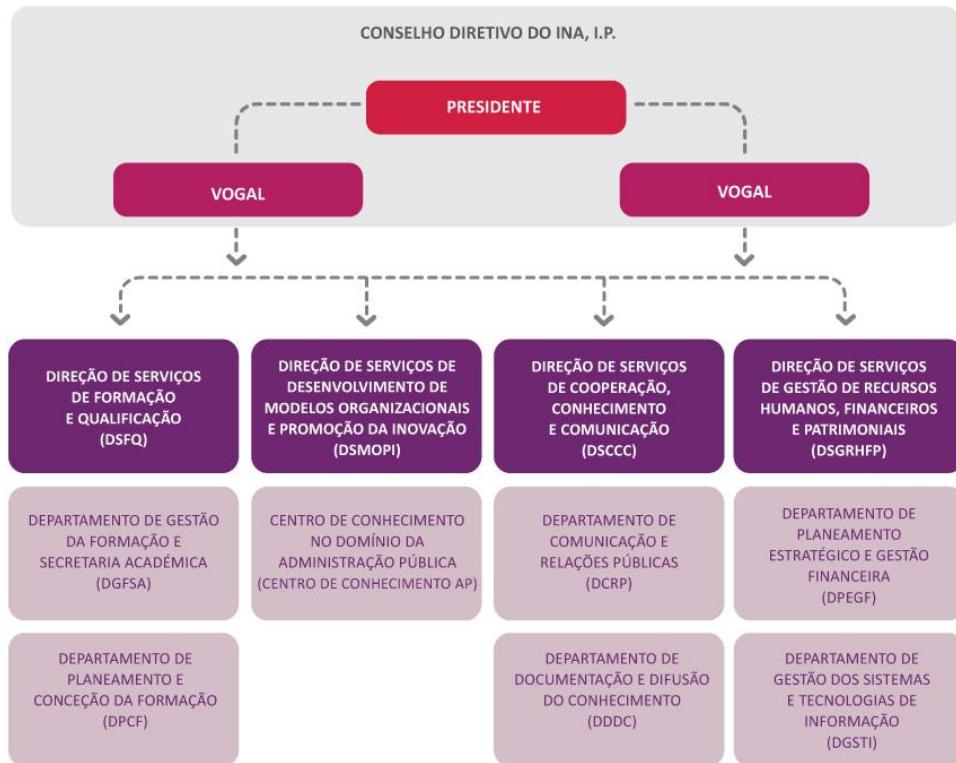


Figura 1 - Organograma do INA

A nossa visão

Mobilizar a Administração Pública para o conhecimento

Mobilizar o conhecimento para a Administração Pública

Os nossos valores

Interesse público | Colaboração | Resposta | Futuro

Na dimensão da identidade institucional, cumpre ainda destacar dois elementos nucleares na linha orientação estratégica e operacional: Com quem trabalhamos? Para quem trabalhamos?

Ao renovado desafio do INA, é intrínseco o espírito de cooperação com todos os atores intervenientes (clientes internos) - as Instituições do Ensino Superior, os organismos da Administração Pública, a tutela, o Conselho Estratégico e os trabalhadores do INA.

Todos, sem exceção, são elementos essenciais para o fim último da nossa missão – a capacitação dos trabalhadores da Administração Pública (clientes externos) enquadrada no eixo macro da modernização administrativa.

Alinhamento Estratégico

A ação do INA, decorrente dos seus estatutos e atribuições, é alinhada com políticas e estratégias públicas, de que se destacam as seguintes:

- A aplicação de medidas previstas no Programa do XXIII Governo Constitucional, destacando-se os desígnios referentes ao investimento na qualidade dos serviços públicos; a valorização e capacitação da Administração Pública; o reforço do compromisso com a ciência e a inovação; e o cumprimento do desígnio estratégico da modernização da formação profissional contínua, ao serviço das pessoas, das empresas e do país;
- A Estratégia 2030, que refere a capacitação dos dirigentes em gestão e liderança, a capacidade de atrair e reter talento, o desenvolvimento de competências para o futuro nos trabalhadores públicos e o desenvolvimento de uma cultura de inovação, constituem os principais desafios a superar;
- A Estratégia IMEAP para 2023 quanto ao Eixo 1: Investir nas pessoas (1: Desenvolver e renovar as lideranças; 2: Mobilizar e capacitar os trabalhadores; 3: Envolver os trabalhadores na mudança cultural) - cuja prossecução é definida através da concretização de medidas no âmbito das quais é conferido um papel crucial ao INA;
- As Grandes Opções do Plano (GOP), que identificam a capacitação da Administração Pública, nomeadamente no capítulo referente à governação e serviços públicos - conferindo especial destaque ao INA quanto à modernização e capacitação da Administração Pública, à liderança e preparação da sucessão da liderança em contexto público e ao aprofundamento do Programa Qualifica AP;
- O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que dá corpo a alguns dos objetivos das políticas para a Administração Pública, nomeadamente, o Programa de Capacitação Digital, a Formação superior e avançada em gestão, o Plano de Ação

específico para o Programa Qualifica AP e; a aquisição de serviços com vista ao desenvolvimento da Plataforma Digital para a Coordenação do Sistema de Formação Profissional da Administração Pública (CoFAP).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030

Tendo o INA, tem por missão fundamental a criação, transmissão e difusão do conhecimento no domínio da Administração Pública, a sua atuação pauta-se igualmente pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, que se encontram reproduzidos na Figura 2.

Neste desiderato, em 2022, assumiu particular destaque o Congresso Bianual do INA subordinado ao tema dos "Caminhos para a Sustentabilidade", que abordou os temas das tecnologias emergentes, a inovação e as políticas públicas para uma sociedade sustentável. Este congresso foi, naturalmente, um passo inicial na senda do desenvolvimento sustentável para a defesa e preservação do planeta, mas, também, na promoção de uma Administração Pública alicerçada na prossecução do atendimento das necessidades humanas, sem o comprometimento da capacidade das gerações futuras.

Nesse sentido, confirma-se assim a aposta no caminho da sustentabilidade económica, financeira, social, ambiental e infraestrutural e reforça-se o compromisso da organização com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).



Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a agenda 2030

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidades

Os 6 objetivos operacionais que compõem o QUAR de 2022 apresentam todos resultados qualitativos de atingidos. Quanto à análise por parâmetros foram registados os seguintes valores: Eficácia – 103%; Eficiência – 100%; Qualidade - 100%, como mostra o gráfico em baixo. Deste modo, a taxa de realização anual do QUAR corresponde a 101%.

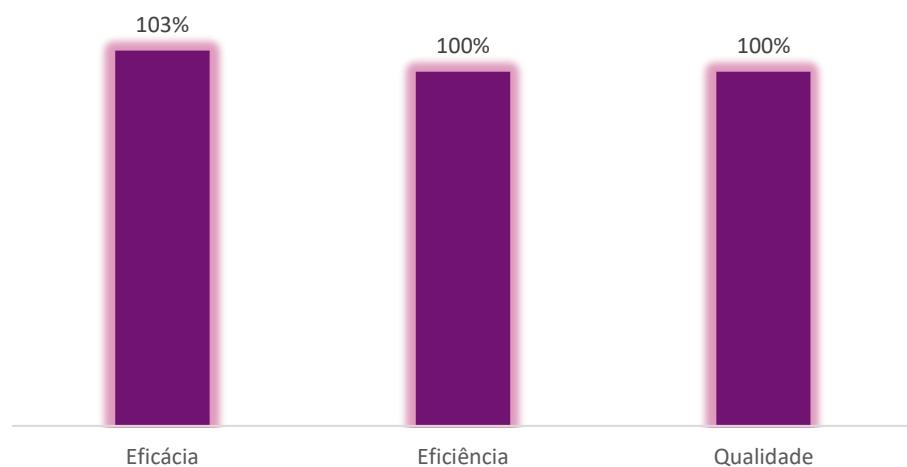


Figura 3 – Taxa de realização por parâmetro

O gráfico seguinte permite observar a taxa de realização de cada um dos objetivos fixados.



Figura 4 – Taxa de realização dos objetivos

Relativamente, ao parâmetro da Eficácia, os dois objetivos definidos em sede de QUAR para 2022 eram os seguintes: OP1: *Implementar as medidas de capacitação da Administração Pública previstas no âmbito do PRR* e OP2: *Rever e reforçar a oferta formativa anual do INA, I.P. com enfoque nas necessidades prioritárias de capacitação da Administração Pública, em particular em áreas estratégicas*. Com primeiro objetivo, pretendia-se o começo da prossecução das metas PRR definidas para o ano de 2026 e a importância das mesmas para a atividade do INA. No segundo objetivo, relativo à área nuclear do Instituto, a formação, propunha-se a realização do Programa de Formação anual, bem como a avaliação do grau de satisfação dos nossos clientes (formandos) relativamente ao serviço prestado pelo INA. O facto destes dois objetivos terem sido atingidos é de extrema relevância, dada a importância dos mesmos na atividade diária do Instituto, e ao esforço de todas as equipas em proporcionar um serviço mais diversificado e com maior qualidade.

Em relação ao parâmetro da Eficiência, os dois objetivos em avaliação eram: OP3: *Implementar a plataforma de suporte à Coordenação do sistema de Formação profissional da Administração Pública (CoFAP)* e OP4: *Agregar e dinamizar um ecossistema gerador de conhecimento de valor público, em ligação estreita com Instituições de Ensino Superior e Unidades de Investigação e Desenvolvimento*. O terceiro objetivo, relativo à plataforma CoFAP apesar de atingido, foi objeto de reajustamentos condicionados por atrasos na instrução processual da aquisição do serviço, decorrentes do regime de execução orçamental em duodécimos. Por este motivo, em vez da disponibilização da plataforma, o indicador foi reajustado para a data de finalização do procedimento de contratação do desenvolvimento da aplicação. O quarto objetivo, ligado a uma área igualmente relevante da atividade do INA, a inovação, também foi atingido, tendo o resultado ter ficado dentro do limite inferior do intervalo de tolerância.

Por fim, acerca do parâmetro Qualidade, os dois objetivos definidos foram: OP5: *Desenvolver e implementar uma política integrada de Recursos Humanos* e OP6: *Promover a relação com formadores e potenciais formadores do INA, I.P..* O quinto objetivo, com o intuito de valorizar os trabalhadores do INA, foi alcançado com ambos os indicadores a apresentar resultados no limite superior do intervalo de tolerância.

Com o sexto e último objetivo, pretendia-se criar o balcão do formador de modo a centralizar, agilizar e reforçar os canais de comunicação no desiderato de diversificar a bolsa de formadores e consolidar a sua confiança na instituição, dada a sua importância na atividade do INA e no fornecimento das formações, visando construir um estreitamento na relação profissional. Neste sentido, já foram desenvolvidas e concluídas algumas atividades como a transição do procedimento de contratação para área da Contratação; a priorização das faturas de formadores face às demais; e deu-se, identicamente, início à automatização do processo de despesa. Este objetivo foi, igualmente, atingido, mas no intervalo inferior do intervalo de tolerância.

Em jeito de conclusão, são apresentadas, em baixo, as tabelas referentes aos resultados alcançados do QUAR 2022.

Eficácia

Objetivo Operacional e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de realização	Classificação
OP1: Implementar as medidas de capacitação da Administração Pública previstas no âmbito do PRR				45%			Atingido
Ind. 1: Taxa de execução anual dos programas à responsabilidade do INA	75%	15%	100%	75%	60%	100%	
Ind. 2: N.º de certificados emitidos no âmbito das medidas PRR	4 000	1 000	6 250	25%	4 867	100%	
OP2: Rever e reforçar a oferta formativa anual do INA, I.P. com enfoque nas necessidades prioritárias de capacitação da Administração Pública, em particular em áreas estratégicas				55%			Atingido
Ind. 3: Taxa de execução do Programa de Formação anual	85%	13%	100%	50%	75%	100%	
Ind. 4: Índice de satisfação dos formandos	5	1	7	50%	6	113%	

Tabela 1 – Objetivos do parâmetro Eficácia

Eficiência

Objetivo Operacional e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de realização	Classificação
OP3: Implementar a plataforma de suporte à Coordenação do sistema de Formação profissional da Administração Pública (CoFAP)				30%			Atingido
Ind. 5: N.º de dias corridos para a finalização do procedimento de contratação do desenvolvimento da aplicação	334	32	273	30%	362	100%	
Ind. 6: Taxa de execução do Plano de Projeto	50%	15%	100%	70%	50%	100%	
OP4: Agregar e dinamizar um ecossistema gerador de conhecimento de valor público, em ligação estreita com Instituições de Ensino Superior e Unidades de Investigação e Desenvolvimento				70%			Atingido
Ind. 7: N.º de protocolos ou acordos estabelecidos (amplitude do ecossistema de IES e I&D para a AP) com dinamização do INA, I.P.	4	1	6	100%	3	100%	

Tabela 2 – Objetivos do parâmetro Eficiência

Qualidade

Objetivo Operacional e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de realização	Classificação
OP5: Desenvolver e implementar uma política integrada de Recursos Humanos				50%			Atingido
Ind. 8: Índice de compromisso organizacional	7	1	10	50%	7,5	100%	
Ind. 9: N.º de horas de formação dos trabalhadores do INA	40	6	58	50%	45	100%	
OP6: Promover a relação com formadores e potenciais formadores do INA, I.P.				50%			Atingido
Ind. 10: Taxa de execução do Plano “Balcão do Formador”	25%	4%	36%	100%	22%	100%	

Tabela 3 – Objetivos do parâmetro Qualidade

Plano Estratégico INA 2022-2026

O **Plano Estratégico INA 2022-2026**, pretende expressar o alinhamento transversal com a renovada política para a Administração Pública, tendo como principal propósito a prossecução dos objetivos atinentes ao reforço e atualização da oferta formativa e à capacitação dos trabalhadores da Administração Pública. Uma estratégia assente em **quatro¹** objetivos estratégicos que interagem e retroagem entre si, e que constituem o farol da ação do INA, para o período 2022-2026.

Para a monitorização dos quatro objetivos estratégicos, são analisados os indicadores estratégicos (*Key Performance Indicators – KPIs*) com metas de execução para 2026, sendo definidas metas intercalares anuais, perspetivando assegurar a execução integral do Plano Estratégico e a monitorização regular em cada ciclo de gestão.

Objetivo Estratégico	KPI's	Fórmula de Cálculo	Meta 2022	Resultado 2022	Meta 2026
OE 1 - Promover a capacitação - baseada no conhecimento – de pessoas, equipas e entidades da Administração Pública, em estreita colaboração com as Instituições do Ensino Superior	N.º Acumulado de formandos (trabalhadores e dirigentes da Administração Pública)	Nº de certificados emitidos	15.000	24.033	120.000
	Volume acumulado de formação	Nº formandos X Nº horas de formação	250.000	243.030	3.400.000
OE 2 – Incentivar a investigação e o desenvolvimento e a inovação em gestão e serviço público	N.º acumulado de estudos e projetos de investigação e desenvolvimento e inovação	Nº de estudos e projetos concluídos	--	--	20
	N.º acumulado de soluções* de desenvolvimento e inovação na AP.	Nº de soluções de desenvolvimentos concluídas	--	--	25
OE 3- Aumentar a notoriedade da marca INA, relevando a cultura da	Proporção de receitas de impostos no financiamento da		70%	75%	30%

¹ OE 1: Promover a capacitação - baseada no conhecimento – de pessoas, equipas e entidades da Administração Pública, em estreita colaboração com as Instituições do Ensino Superior | OE2: Incentivar a investigação, o desenvolvimento e a inovação na gestão e no serviço público | OE 3: Aumentar a notoriedade da marca INA, relevando a cultura da instituição e o valor público dos serviços que proporciona | OE 4: Reforçar o posicionamento institucional enquanto parceiro natural em redes efetivas de cooperação internacional.

instituição e o valor público dos serviços que proporciona.	atividade do INA, face ao total da despesa anual	Receitas de impostos ÷ total de despesa anual			
	Índice de notoriedade	-	N/A*	N/A*-	70%
OE 4 - Reforçar o posicionamento institucional enquanto parceiro natural em redes efetivas de cooperação internacional	N.º Acumulado de formandos estrangeiros	Nº de certificados emitidos	50	166	500
	Proporção de receita própria no âmbito da cooperação internacional, face ao total de receitas próprias	Receita própria proveniente da cooperação internacional ÷ Total de receitas próprias	--	--	10%
	Observações: N/A (não aplicável): Índice de notoriedade aferido apenas em 2026.				
	*Definição operacional de soluções – Cursos (com base em novas metodologias e práticas de formação e inovação pedagógica); Projetos de inovação (foco pessoas, ambientes de trabalho, modelos e práticas de gestão pública, participação cívica para o desenvolvimento); Projetos de desenvolvimentos organizacional; Ferramentas IDI (livros, guias, manuais, <i>toolkits</i> , vídeos, <i>podcasts</i>)				

Tabela 4 – Indicadores Estratégicos 2022-2026

Plano de Atividades

O Plano de Atividades de 2022, que apresenta uma taxa de realização de 129%, assenta em 4 objetivos estratégicos que são constituídos por vários indicadores, alimentados pelos contributos das diversas unidades orgânicas. O objetivo estratégico 1, teve uma taxa de realização de 115%, enquanto os restantes objetivos 2, 3 e 4 apresentam, respetivamente, uma taxa de realização de 100%, 109% e 173%. Realça-se que todos os indicadores têm o mesmo peso no cálculo da taxa de realização do plano.

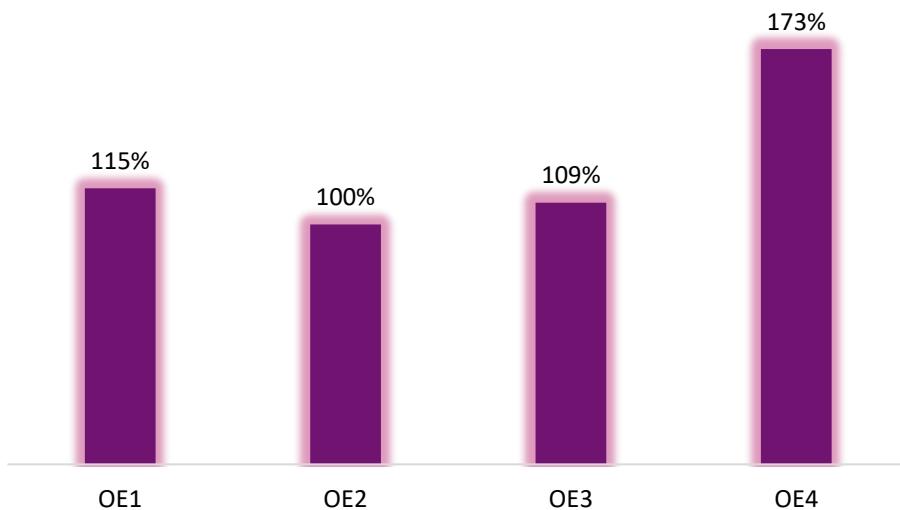


Figura 5 – Taxa de realização dos objetivos estratégicos do PA 2022

OE1 - Promover a capacitação - baseada no conhecimento – de pessoas, equipas e entidades da Administração Pública, em estreita colaboração com as Instituições do Ensino Superior

No Objetivo Estratégico 1, relativo à promoção da capacitação, acresceram às denominadas atividades correntes, como a execução do Programa Anual de Formação, a reestruturação da oferta formativa – incluindo o aditamento de novas áreas de formação estratégica (previsto no Plano de Capacitação Estratégica e traduzido no Despacho n.º 2876/2022, de 4 de março de 2022), o reforço do contributo do INA, I.P. na área de investigação na Administração Pública, a elaboração de novos programas com entidades parceiras, a execução do plano de ação do programa de formação superior e avançada respeitante à oferta de capacitação para dirigentes em estreita colaboração com as Instituições de Ensino Superior, bem como a execução do Programa de capacitação digital onde se inclui a Infoexclusão zero e AP digital 4.0. A implementação das medidas de capacitação da Administração Pública previstas no âmbito do PRR, incluindo a (i) implementação da plataforma de suporte à Coordenação do Sistema de Formação Profissional da Administração Pública e (ii) a execução do Plano de ação do programa Qualifica AP em parceria com a FEFAL e CCDRs, (iii) a promoção do

desenvolvimento de competências de inovação, liderança e envolvimento, (iv) a disponibilização de oferta de capacitação que contribua para a concretização de políticas públicas transversais.

No que concerne aos indicadores que foram superados, o N.º acumulado de novos cursos com modelos pedagógicos e recursos didáticos inovadores apresenta um resultado de 7 novos cursos neste ano, incluindo a conceção, construção de ficha de curso, definição das metodologias e estratégias pedagógicas, e a pesquisa, seleção e indicação de formadores. Este resultado deveu-se em grande medida ao reforço de recursos humanos alocados à área da inovação.

Relativamente ao Programa de formação superior e avançada em gestão, foram realizadas as 4 atividades propostas para este ano, nas áreas da gestão, administração e políticas públicas AP 4.0 (mestrados e/ou pós-graduações) destinada a dirigentes e técnicos superiores. Nesse sentido, procedeu-se a: Elaboração e celebração de protocolos com entidades públicas, consórcios com instituições do ensino superior; Identificação de áreas de formação consideradas prioritárias para o desenvolvimento de pós-graduações/mestrados; Preparação dos cursos para dirigentes a ministrar no contexto do ensino superior; Conceção da oferta de formação em articulação com as entidades externas (novas ofertas de formação). Adicionalmente, é de realçar a relevância da revisão da oferta de capacitação para dirigentes em estreita colaboração com as Instituições de Ensino Superior, que conduziu à superação deste objetivo.

Quanto à execução das medidas da responsabilidade do INA em estratégias, planos e outras medidas de política, salienta-se a execução de todo o planeamento estimado para 2022, com destaque para o Programa de Capacitação em Direitos Humanos, previsto pela RCM n.º 51/2020, de 25 de junho. Foram igualmente alcançadas as metas relativas à interculturalidade, com a implementação contínua de ações e formações, bem como as relativas à disponibilização de formação através da plataforma NAU, referente à Estratégia para o Racismo e Discriminação em modo continuo até 2025, estabelecendo-se a realização de 2 *webinars* anuais sobre esta temática. Verificou-se ainda a execução da formação prevista no âmbito do projeto sobre a Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica, que terá continuidade até março de 2026.

O indicador relativo ao N.º acumulado de oficinas de cocriação, com a realização de 9 oficinas junto de entidades da Administração Pública e 4 oficinas internas no âmbito do projeto FuturINA, registou uma superação das metas inicialmente definidas.

O programa de Capacitação Digital foi o único indicador deste objetivo estratégico a não atingir a meta definida, sendo realizadas apenas 2 das 8 atividades previstas para 2022. Foi realizada a contratualização para o financiamento da criação de 1 Centro Qualifica AP em cada CCDR (total 5 novos Centros Qualifica AP) e a contratualização para o financiamento da criação de 1 Centro Qualifica AP para a Administração Local.

Ficaram, contudo, por realizar algumas atividades relacionadas com o programa Qualifica AP, que foram recalendariadas para o ano de 2023: Constituição de equipas Itinerantes em articulação com as áreas de governo / organismos regionais; Afetação de equipas itinerantes (ARSNORTE; ARSCENTRO; ARSLVT; ARS Alentejo / ARS Algarve (Ministério da Saúde); Estruturas GNR/PSP Região Norte e Centro, Estrutura GNR/PSP LVT e SUL + outros organismos - (Ministério da Administração Interna); SGPCM (atuação região Norte, Centro e Sul); DGAJ (atuação em todo o território)) e afetação de equipas Centro Qualifica AP INA (Outras áreas de governo - sem Centro Qualifica AP). Os próximos passos, neste programa são o término das entrevistas para o recrutamento dos TORCV e coordenadores do Centro Qualifica e sua contratação e Formação das equipas dos Centros Qualifica AP por parte da ANQEP.

No quadro infra, são apresentados os resultados para cada indicador referente ao objetivo estratégico 1.

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE1 E1 M1 - Revisão anual e reforço da oferta formativa do INA, com enfoque nas necessidades prioritárias de capacitação da AP, em particular em áreas estratégicas;						
OE1 E1 M1 I1 - Taxa de execução do Programa de Formação anual	85%	13%	100%	75%	100%	Atingido
<hr/>						
OE1 E1 M1 I3 - Índice de satisfação dos formandos	5	1	7	6	100%	Atingido
<hr/>						
OE1 E1 M2 - Implementação do Plano de Capacitação Estratégica AP 2022-2026.						
OE1 E1 M2 I1 - Taxa de execução do Plano de Capacitação Estratégica AP 2022-2026	33%	5%	100%	33%	100%	Atingido
<hr/>						
OE1 E2 M3 - Transferência de conhecimento e de soluções inovadoras de capacitação para a oferta formativa do INA.						
OE1 E2 M3 I1 - N.º acumulado de novos cursos com modelos pedagógicos e recursos didáticos inovadores	2	1	4	7	163%	Superado
<hr/>						
OE1 E4 M1 - Execução do Programa de capacitação digital onde se inclui a Infoexclusão zero, AP digital 4.0;						
OE1 E4 M1 I1 - Taxa de execução do Programa capacitação digital	60%	9%	100%	50%	98%	Não Atingido
<hr/>						

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE1 E4 M2 - Execução do Programa de formação superior e avançada em gestão						
OE1 E4 M2 I1 - Taxa de execução do Programa de formação superior e avançada em gestão	60%	9%	100%	100%	125%	Superado
OE1 E4 M3 - Execução do Plano de Ação específico para o Programa Qualifica AP						
OE1 E4 M3 I1 - Taxa de execução do Programa Qualifica AP	60%	9%	100%	25%	49%	Não Atingido
OE1 E4 M4 - Implementação da plataforma de suporte à Coordenação do sistema de Formação profissional da Administração Pública (CoFAP)						
OE1 E4 M4 I1 - Nº de dias corridos para a finalização do procedimento de contratação do desenvolvimento da aplicação	334	32	273	362	100%	Atingido
OE1 E5 M1 - Disponibilização de oferta de capacitação que contribua para a concretização de políticas públicas transversais						
OE1 E5 M1 I1 - Taxa de execução das medidas da responsabilidade do INA em Estratégias, Planos e outras medidas de política	80%	12%	100%	100%	125%	Superado
OE1 E5 M2 - Promoção do desenvolvimento de competências de inovação, liderança e envolvimento.						
OE1 E5 M2 I1 - N.º acumulado de participantes no Programa para a Mentoria em Inovação e Liderança	80	12	115	86	100%	Atingido

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE1 E5 M2 I2 - N.º acumulado de oficinas de cocriação	5	1	7	13	200%	Superado

Tabela 5 – Resultados 2022 | Objetivo Estratégico 1

OE2 - Incentivar a investigação e o desenvolvimento e a inovação em gestão e serviço público

Quanto ao Objetivo Estratégico 2, importa destacar o fortalecimento da ligação das instituições científicas e académicas com as empresas e a Administração Pública, identificado como um dos desígnios do Programa do XXIII Governo Constitucional e que se materializará através da promoção de atividades inovadoras e empreendedoras com base no conhecimento – agregando um ecossistema gerador de conhecimento de valor público e que inclui o estabelecimento de acordos e protocolos com Instituições de Ensino Superior e Unidades de Investigação e Desenvolvimento. O ano de 2022, pauta-se pela concretização da 1^a edição do Prémio INA (para a melhor investigação no domínio da Administração Pública), pela realização de um diagnóstico estratégico e sectorial de necessidades de formação, pela promoção da prototipagem e experimentação de ideias inovadoras através de projetos experimentais de inovação e, por fim, este ano marca também o início do projeto FuturINA, que consiste na implementação de análise prospectiva no apoio à decisão, com o propósito de antecipar mudanças e perspetivar soluções inovadoras com vista a preparar o INA para os desafios do futuro.

Relativamente, a este objetivo estratégico, todos os 7 indicadores foram atingidos, conduzindo a uma taxa de realização de 100%.

Cumpre realçar a monitorização do indicador referente ao Nº acumulado de publicações da INA Editora, que não obstante de só ser acompanhado no Plano de Atividades de 2023, registou um resultado de 3 publicações, em suporte físico e digital: "Os Princípios Fundamentais da Administração Pública: O artigo 266.º da Constituição (Ciclo de webinars)"; "Administração local e descentralização na perspetiva do desenvolvimento sustentável das cidades", volume 1, Atas do XXV Congresso do CLAD; e "Governo aberto sob a perspetiva da transparência, da tecnologia, da participação cidadã, da colaboração e das redes sociais na gestão pública" volume 2, Atas do XXV Congresso do CLAD.

Em baixo são apresentados os resultados dos indicadores referentes ao Objetivo Estratégico 2.

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE2 E1 M1 - Agregar e dinamizar um ecossistema gerador de conhecimento de valor público, em ligação estreita com as unidades de investigação e desenvolvimento						
OE2 E1 M1 I1 - N.º de protocolos ou acordos estabelecidos (amplitude do ecossistema de I&D para a AP), com dinamização INA	4	1	6	3	100%	Atingido
OE2 E2 M1 - Realização de diagnóstico estratégico e setorial de necessidades de formação;						
OE2 E2 M1 I1 - N.º acumulado de diagnósticos realizados	1	1	3	1	100%	Atingido
OE2 E2 M2 - Coprodução e disseminação de conhecimento sobre temas relevantes para a Administração Pública						
OE2 E2 M2 I2 - N.º acumulado de horas publicações (artigos não científicos, relatórios, livros, guias, manuais, toolkits, vídeos, podcasts)	6	1	9	6	100%	Atingido
OE2 E3 M2 - Criação de Prémio INA para a melhor investigação no domínio da AP						
OE2 E3 M2 I1 - N.º acumulado de edições do Prémio	1	1	3	1	100%	Atingido
OE2 E4 M1 - Desenvolvimento de capacidade prospectiva para a realização de exercícios de horizon scanning antecipando elementos de mudança com impacto na AP e na formação profissional;						

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE2 E4 M1 I1 - N.º acumulado de exercícios (workshops)	1	1	3	1	100%	Atingido
OE2 E5 M1 - Promoção da prototipagem e experimentação de ideias inovadoras						
OE2 E5 M1 I1 - N.º acumulado de projetos em Aceleradora de Ideias em Serviços Públicos/Projetos Experimentais de Inovação facilitados pelo INA	5	1	7	6	100%	Atingido

Tabela 6 – Resultados 2022 | Objetivo Estratégico 2

OE3 - Aumentar a notoriedade da marca INA, relevando a cultura da instituição e o valor público dos serviços que proporciona

Relativamente ao Objetivo Estratégico 3, alusivo à notoriedade da marca INA alicerçada no pressuposto da qualidade de resposta do refundado instituto, importa salientar que 2022 foi o ano do início da reestruturação da infraestrutura digital (Plano de Transformação Digital), da implementação de uma política integrada de recursos humanos (criação do Plano de Políticas de Pessoas e Inovação), da reformulação do modelo de controlo de gestão, da aplicação da Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação, da realização do Congresso bianual do INA, e do início dos projetos da Rede *Alumni* e do Balcão do Formador. Adicionalmente, importa também referir o desenvolvimento do Plano Comunicação do INA, que incorpora as dimensões interna e externa, desagregando esta última em dois eixos – nacional e internacional, adaptando o formato e conteúdo em função do público-alvo.

Neste objetivo estratégico foi superado o indicador referente à Aplicação da Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação², aplicado à realidade do INA e cujo resultado foi considerado para a conceção do plano de ação para o desenvolvimento de competências organizacionais e individuais, tornando-se parte integrante do Plano de Políticas de Pessoas e Inovação elaborado em 2022. Devido à importância e urgência do plano relativo aos trabalhadores do INA, a execução do relatório e das ações previstas da ferramenta foram realizadas com o máximo sentido de urgência. Por outro lado, verificou-se igualmente superação no indicador relativo ao Nº de encontros gratuitos realizados sobre temas atuais da AP, que obteve um resultado de 30 encontros ao longo do ano. Este elevado resultado deveu-se à importância destes encontros e ciclos temáticos de WebINAr com vista à partilha e debate de questões atuais e emergentes na esfera da Administração Pública.

² Esta ferramenta permite posicionar cada entidade num perfil, com vista ao desenvolvimento desta área de competências organizacionais, designadamente através de planos de melhoria de competências de inovação. Pretende-se difundir na Administração Pública o modelo inerente ao autodiagnóstico de cultura de inovação, que está focado primordialmente no alinhamento da estratégia de inovação com a estratégia global da organização, apoiar a realização de autodiagnósticos e de planos de melhoria de competências de inovação.

Em contrapartida, existiram, igualmente, dois indicadores que não foram atingidos. O Plano de Controlo de Gestão não foi finalizado este ano como estava previsto, com algumas medidas de controlo por implementar na área financeira e sem a consolidação dos procedimentos de entrega atempada e fiável de informação das unidades orgânicas, para a elaboração dos reportes mensais. Foi, no entanto, elaborado um relatório, no qual constam as medidas implementadas em 2022 e a implementar no ano seguinte. O outro indicador não atingido foi o N.º acumulado de participantes no Congresso do INA, que ficou aquém do inicialmente previsto, mas com a edição de duas publicações: a primeira sobre as comunicações livres e a segunda sobre as sessões plenárias, bem como o lançamento de um *podcast* com as sessões plenárias do congresso.

Em baixo podemos observar os resultados referentes a cada indicador do objetivo estratégico 3.

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE3 E1 M1 - Desenvolvimento e implementação de uma política integrada de Recursos Humanos						
OE3 E1 M1 I1 - Índice de compromisso organizacional	7	1	10	7,5	113%	Superado
OE3 E1 M1 I2 - N.º de horas de formação dos trabalhadores do INA	40	6	58	45	100%	Atingido
<hr/>						
OE3 E1 M2 - Implementação da transformação digital do INA						
OE3 E1 M2 I1 - Taxa de execução do Plano de Transformação Digital do INA	20%	3%	29%	18%	100%	Atingido
<hr/>						
OE3 E2 M1 - Integração da estratégia de inovação na estratégia global do INA apoiando o seu desenvolvimento organizacional						
OE3 E2 M1 I1 - Data de Aplicação da Ferramenta de Autoavaliação da Cultura de Inovação	30/09/2022	31/10/2022	30/06/2022	09/03/2022	156%	Superado
<hr/>						
OE3 E2 M2 - Implementação de mecanismos de controlo de gestão e revisão de processos e procedimentos						
OE3 E2 M2 I3 - Data de implementação do Plano de Controlo de Gestão	30/11/2022	31/12/2022	30/09/2022	-	75%	Não Atingido
<hr/>						

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE3 E3 M1 - Realização de Congresso bianual do INA						
OE3 E3 M1 I1 - N.º acumulado de participantes no Congresso do INA	1 000	150	1 438	515	61%	Não Atingido
OE3 E3 M1 I2 - Índice de satisfação dos participantes	75%	11%	100%	81%	100%	Atingido
<hr/>						
OE3 E3 M2 - Realização de encontros gratuitos sobre temas atuais da AP						
OE3 E3 M2 I1 - N.º acumulado de encontros realizados	8	1	12	30	238%	Superado
OE3 E3 M2 I2 - Índice de satisfação dos participantes	75%	11%	100%	71%	100%	Atingido
<hr/>						
OE3 E4 M1 - Reformulação e promoção da imagem e da comunicação institucionais do INA						
OE3 E4 M1 I1 - N.º de visualizações da página eletrónica do INA por ano	1 500 000	225 000	2 156 250	1 544 623	100%	Atingido
OE3 E4 M1 I2 - N.º de subscriptores da newsletter do INA	7 000	1 050	10 063	7 173	100%	Atingido
OE3 E4 M1 I3 - N.º de seguidores nas redes sociais do INA	35 000	5 250	50 313	38 392	100%	Atingido
<hr/>						

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
--------------------	------	------------	---------------	-----------	--------------------	---------------

OE3 E5 M1 - Criação de rede INA Alumni

OE3 E5 M1 I1 - Data de lançamento da rede INA Alumni	30/11/2022	30/11/2022	31/07/2022	29/12/2022	100%	Atingido
--	------------	------------	------------	------------	------	----------

OE3 E5 M2 - Promoção da relação com formadores e potenciais formadores do INA

OE3 E5 M2 I1 - Taxa de execução do Plano “Balcão do Formador”	25%	4%	36%	22%	100%	Atingido
---	-----	----	-----	-----	------	----------

Tabela 7 – Resultados 2022 | Objetivo Estratégico 3

OE4 - Reforçar o posicionamento institucional enquanto parceiro natural em redes efetivas de cooperação internacional

No âmbito do Objetivo Estratégico 4, referente ao reforço do posicionamento institucional na esfera da cooperação internacional, destaca-se o esforço realizado no reforço das relações com a CPLP com o intuito de alavancar a esfera de atuação do INA, no seio da CPLP – nomeadamente, através da reativação da Rede RINAPE, almejando, deste modo, um trabalho conjunto na redefinição e reformulação do atual CADAPI. Destaca-se, igualmente, o reforço do relacionamento institucional no eixo ibero-americano (CLAD). No âmbito do reforço da participação no eixo europeu – destaca-se a coorganização do Congresso do Grupo Europeu para a Administração Pública (EGPA) realizada em setembro de 2022 e, o desenvolvimento do programa de intercâmbio de trabalhadores da Administração Pública de outros países, em parceria com organismos e serviços públicos nacionais e estrangeiros. Finalmente, importa ainda realçar a disponibilização de oferta de capacitação que refletia a agenda e as prioridades relevantes de organizações internacionais de referência, e o desenvolvimento da comunicação externa do INA, nomeadamente no segmento online e nas redes sociais.

Este objetivo estratégico apresentou os melhores resultados em 2022, com 8 objetivos superados e apenas 1 não atingido. Estes resultados encontram explicação no investimento das equipas na internacionalização da marca INA, sendo indubitável que o reforço do posicionamento institucional na dimensão internacional produzirá benefícios na oferta formativa do INA, em razão de diversidade e qualidade.

Por outro lado, o indicador relativo ao N.º acumulado de participantes nacionais em intercâmbio no estrangeiro, não foi atingido devido às eleições para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, que provocaram o deslocamento da fase de intercâmbio presencial dos participantes nacionais para o início de 2023.

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE4 E1 M1 - Promoção da imagem do INA e da sua oferta de capacitação, investigação e assessoria técnica, junto de congéneres e demais entidades da AP de outros países						
OE4 E1 M1 I1 - N.º de utilizadores que accedem à página eletrónica do INA a partir do estrangeiro por ano	17 000	2 550	24 438	16 954	100%	Atingido
OE4 E1 M1 I2 - N.º de subscriptores estrangeiros da newsletter do INA	50	8	72	72	125%	Superado
OE4 E1 M1 I3 - N.º de seguidores estrangeiros nas redes sociais do INA	1 400	210	2 013	5 290	259%	Superado
OE4 E2 M1 - Coordenação e/ou (co)organização de projetos e outras iniciativas no âmbito de redes internacionais e/ou em parceria com congéneres e instituições de ensino superior						
OE4 E2 M1 I1 - N.º acumulado de projetos	1	1	3	3	125%	Superado
OE4 E2 M1 I2 - N.º acumulado de outras iniciativas (congressos, seminários, etc.)	3	1	5	3	100%	Atingido
OE4 E2 M2 - Participação em reuniões promovidas por redes ou organizações internacionais, congéneres e demais entidades da AP de outros países						
OE4 E2 M2 I1 - N.º acumulado de comunicações	5	1	7	18	263%	Superado

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE4 E3 M1 - Disponibilização de oferta de formação dirigida a trabalhadores da AP de países da CPLP em parceria com outras instituições portuguesas						
OE4 E3 M1 I2 - N.º acumulado de formações à medida em parceria com o Camões, I.P.	2	1	4	1	100%	Atingido
OE4 E3 M2 - Desenvolvimento do programa de intercâmbio de trabalhadores da AP de outros países, em parceria com organismos e serviços públicos nacionais e estrangeiros						
OE4 E3 M2 I1 - N.º acumulado de participantes nacionais em intercâmbio no estrangeiro	6	1	9	3	60%	Não Atingido
OE4 E3 M2 I2 - N.º acumulado de participantes estrangeiros acolhidos em Portugal	8	1	12	11	119%	Superado
OE4 E4 M2 - Disponibilização de oferta de capacitação que refletira a agenda e as prioridades relevantes de organizações internacionais de referência						
OE4 E4 M2 I1 - N.º acumulado de cursos que refletem a agenda e as prioridades relevantes de organizações internacionais de referência	2	1	4	11	213%	Superado
OE4 E5 M1 - Promoção da imagem do INA e da sua oferta de capacitação e assistência técnica, junto de congéneres e demais entidades da AP de outros países da CPLP						
OE4 E5 M1 I1 - N.º acumulado de ações de apresentação da oferta de capacitação, investigação e assessoria técnica do INA, junto de entidades de outros países da CPLP	2	1	4	9	188%	Superado
OE4 E5 M1 I2 - N.º acumulado de formandos de outros países da CPLP	25	1	33	166	541%	Superado

Medida e Indicador	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
OE4 E5 M2 - Dinamização da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)						
OE4 E5 M2 I1 - N.º de membros/ entidades observadoras presentes na 7.ª Assembleia Geral	6	1	9	10	133%	Superado
OE4 E5 M2 I2 - N.º acumulado de webinars gratuitos sobre temas atuais da Administração Pública em parceria com outras entidades da RINAPE	1	1	3	1	100%	Atingido

Tabela 8 – Resultados 2022 | Objetivo Estratégico 4

Apreciação dos serviços prestados

Questionários | Avaliação Formação

A qualidade dos serviços prestados na área da formação, principal eixo de intervenção e fonte de recitas próprias do INA, foi alvo de avaliação em 2022. No final de cada edição de um curso, os formandos são convidados a preencher um questionário de avaliação de satisfação com o serviço prestado, composto por 5 parâmetros: motivos para a tomada de decisão de frequentar o curso, utilidade da aprendizagem do curso, avaliação do desempenho do formador, avaliação da gestão e organização da formação e por fim, a adequação dos conteúdos da formação. Nos questionários são, igualmente, solicitados que sejam referidos os pontos positivos e menos positivos do curso para que possam ser equacionadas soluções e propostas de melhoria. O questionário tem uma escala de 1 a 7, sendo que para o período em análise, o resultado alcançado foi 6 pontos, correspondendo ao índice de satisfação dos formandos. Deste modo, a resposta a estes questionários permite aferir uma avaliação global de cada formação e tem como objetivo aperfeiçoar o processo de entrega de formação, desde o processo de inscrição ao fim da formação, por forma a prestar um serviço de qualidade e a melhor corresponder às necessidades dos formandos.

Audição de Dirigentes Intermédios e Trabalhadores

O INA privilegia o trabalho em equipa, promovendo para o efeito um envolvimento generalizado de trabalhadores e dirigentes. Fruto das alterações organizacionais e de estrutura, que decorreram da refundação do INA, tornaram-se prática corrente, as reuniões quinzenais de dirigentes com os elementos do Conselho Diretivo, nas quais são discutidos temas inerentes à atividade do serviço. Os dirigentes por sua vez, realizam reuniões periódicas com as suas equipas, agilizando desta forma questões relacionadas com a atividade corrente, com a gestão e execução de projetos e ações a desenvolver, acompanhando as suas fases de planeamento, execução e monitorização. Para além

destas atividades correntes foi realizado um autodiagnóstico, através da aplicação da Ferramenta de Diagnóstico de Cultura de Inovação, com a participação de todos os dirigentes do INA. Este projeto parte da premissa inicial de que a cultura de inovação é parte integrante da cultura organizacional, e que consiste num ambiente multidimensional com valores e normas partilhados que definem padrões consistentes de ação, nomeadamente, de geração e de concretização de ideias inovadoras. A ferramenta, é constituída por 10 dimensões que abrangem a globalidade da gestão de uma entidade do setor público – Estratégia, Liderança, Pessoas, Estrutura, Incentivos, Ferramentas, Gestão do Risco, Redes e Conhecimento, Compras públicas, e Financiamento. Cada uma destas áreas foi avaliada, através de um conjunto de evidências relativas a capacidades específicas que são essenciais para que exista uma cultura de inovação no contexto da gestão pública. Deste modo, com este autodiagnóstico pretende-se que as ideias inovadoras conduzam à valorização dos recursos humanos, à melhoria dos ambientes de trabalho, ao desenvolvimento dos modelos de gestão pública e à criação ou melhoria de produtos e serviços, potenciando uma cultura de inovação sólida e consistente, que conduza à transformação organizacional, a uma dinamização dos seus resultados e a uma evolução sustentável.

Os resultados deste autodiagnóstico contribuíram, conjuntamente com o contributo de todos os trabalhadores do INA com as suas sugestões, para a elaboração do Plano de Políticas de Pessoas e Inovação. Este plano tem como objetivo sistematizar a abordagem de gestão de recursos humanos, criando as condições para compatibilizar o conjunto de obrigações formais inerentes à gestão de recursos humanos na Administração Pública, com a necessidade de introdução de novas abordagens e metodologias e ferramentas que suportem a organização e as suas pessoas na transformação que se exige ao INA. Adicionalmente, pretende estruturar uma abordagem que vise promover a cultura de inovação do Instituto, apostando no reforço de competências de inovação e liderança do seu capital humano, no desenvolvimento de um ambiente de trabalho estimulante e aberto a novas ideias, através da partilha e disseminação de conhecimento, e na concretização de projetos inovadores, com a participação de toda a organização.

Ainda no âmbito da auscultação de trabalhadores e dirigentes, foi realizado um questionário a todo o universo de trabalhadores do INA, que resultou no Projeto EATS,

com o objetivo de estudar, construir e validar um instrumento *crosscultural* e *user friendly* de avaliação dos denominados Ecossistemas dos Ambientes de Trabalho Saudáveis (EATS), considerando para o efeito, as condições de saúde e estilos de vida dos profissionais e de que forma as organizações são ecossistemas promotores da saúde e bem-estar. Neste desiderato, o instrumento EATS analisou, através da aplicação de um questionário com uma escala de 1 a 5, um total de 9 dimensões - Ética e Valores, Compromisso com a Liderança, Envolvimento dos Trabalhadores, Riscos Psicossociais do Trabalho relacionados com o conteúdo do trabalho e relações com a liderança, Riscos Psicossociais do Trabalho relacionados com o Bem-estar e Saúde Mental, Ambiente Físico, Teletrabalho, Envolvimento com a Comunidade e Recursos para a Saúde Pessoal.

Este estudo permitiu caracterizar o INA como Ambiente de Trabalho Saudável numa perspetiva sistémica e multidimensional, tendo em conta a ética e valores da organização, o compromisso da liderança, o envolvimento dos profissionais, o ambiente e riscos psicossociais do trabalho, o envolvimento com a comunidade e responsabilidade social, o ambiente físico, os recursos para a saúde e adaptação ao teletrabalho. Verificaram-se valores elevados no sentido positivo ($> 3,32$) nas dimensões: Ética e Valores, Envolvimento dos trabalhadores, o Ambiente Psicossocial do Trabalho relacionado com o Conteúdo e Relação com a Liderança e o Envolvimento com a Comunidade e o Compromisso da Liderança. Foram, igualmente, identificados valores moderados (entre 1,66 e 3,32) nas dimensões Ambiente Físico, Recursos para a Saúde Pessoal e os Riscos Psicossociais do Trabalho relacionados com o Bem-estar e Saúde Mental.

Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)

No âmbito do controlo interno, em 2022, foram adotadas medidas de melhoria contínua ao nível dos procedimentos internos, por forma a permitir um maior controlo e rigor nos processos. Foi implementada a nova atualização do Sistema de Integração de Processos e Conteúdos do INA (SIPOC), que visa a otimização e evolução funcional e tecnológica para uma prática de gestão por processos, e que por força do regime de prestação de

trabalho híbrido se tornou uma ferramenta imprescindível para o bom funcionamento do serviço, uma vez que obrigou a que todo o fluxo documental fosse efetuado de forma remota.

Em termos operacionais, e devido ao projeto de transformação digital, promovido pela Divisão de Gestão de Sistemas e Tecnologias da Informação estão a ser implementadas medidas de renovação tecnológica, das quais se destacam a aquisição de novos servidores de apoio à gestão de administração de redes, que se encontram em local protegido e de acesso restrito com proteção no acesso à informação; a realização de uma *Checklist* de cibersegurança da CNCS; a manutenção e revisão de rotinas de atribuição de perfis de acesso à informação residente nos sistemas e de salvaguarda dessa mesma informação através de *backups* e mecanismos de proteção de rede. O acesso às aplicações encontra-se protegido por *passwords* individualizadas, que foram atualizadas durante o ano, sendo igualmente revistas as atribuições a novas permissões de acesso.

Durante o ano de 2022, foi aprovado o reformulado Código Ética e de Conduta do INA, que consiste num sistema de normas, princípios e regras de conduta interna, que devem ser observados por todos os trabalhadores no exercício das suas funções, visando o cumprimento da missão e atribuições do organismo, assumindo-se para o efeito, o compromisso com os valores institucionais da prossecução do interesse público, do trabalho colaborativo, da orientação à melhoria da capacidade de resposta e do foco no futuro, que devem reger a sua atuação. Foi, igualmente, elaborado o Plano de Prevenção de Riscos do INA, que defende uma adequada gestão dos riscos de gestão, incluindo os de conflito de interesses, de fraude, de corrupção e do duplo financiamento, e que constitui uma das partes essenciais do sistema de controlo interno. Com este documento pretende-se conduzir o processo de adoção de procedimentos de prevenção, deteção e correção de possíveis irregularidades, como forma de controlo dos riscos associados à gestão.

Em suma, todos estes elementos são parte integrante do SCI no INA, que assenta na criação de um sistema completo de controlo financeiro, administrativo e procedural, com enfoque na estrutura organizacional e nos métodos e procedimentos coordenados, estabelecidos por lei e pela direção, e em alinhamento com as orientações institucionais

propostas no âmbito do PRR no âmbito do controlo interno: Salvaguardar os seus ativos e os seus recursos humanos, financeiros e físicos; Assegurar a veracidade, fiabilidade, integridade e oportunidade dos registo contabilísticos e da respetiva informação financeira; Prevenir e detetar fraudes e erros, práticas antieconómicas ou corruptas e outros atos ilegais; Produzir informação financeira fiável e rápida; Cumprir as leis e regulamentos; Conduzir e executar as atribuições no âmbito do PRR de forma regular, eficiente e eficaz; Produzir informação de gestão relativa aos resultados e efeitos alcançados.

Publicidade Institucional

No âmbito da Publicidade Institucional do Estado, não foram realizadas em 2022 campanhas, ações informativas e publicitárias, mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, nos termos do art.º 7.º, da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto. No entanto, a divulgação institucional ficou assegurada através das plataformas digitais, tais como, Facebook, Instagram, *site* do INA, de forma a promover a sua atividade e algumas iniciativas realizadas.

Relativamente, à publicidade obrigatória, procedeu-se à publicação de atos em Diário da República, da área de recursos humanos e aquando da realização de concursos públicos, ao abrigo das alíneas a) e b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). O montante pago em 2022 à Imprensa Nacional - Casa da Moeda foi de 2.699,95€.

Programa de Gestão do Património Imobiliário

Neste contexto, foi aplicado o princípio da onerosidade (PO), referido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto e regulamentado pela Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro e alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, com liquidação semestral e respetivo reporte referente à contrapartida devida, pela ocupação do espaço do edifício da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, onde se encontra sediado o Centro de Conhecimento do INA.

Medidas de Modernização Administrativa

A modernização dos serviços públicos tem sido um dos principais desígnios dos sucessivos programas de governo e nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 135/99 de 22 de abril alterado pela Lei n.º 61/2021, de 19 de agosto, estipula que os organismos da Administração Pública devem incluir nos seus planos de atividades, medidas referentes à desburocratização, qualidade e inovação, a desenvolver pelos organismos. Deste modo o INA continua a implementar as medidas de modernização administrativa através da melhoria das infraestruturas, da simplificação de processos e melhoramento e integração de tecnologias.

Da sua atuação em 2022, nas suas diferentes vertentes, foram concretizados projetos e atividades enquadráveis em medidas de modernização administrativa, nos seguintes domínios:

Alinhamento dos sistemas de informação com a modernização administrativa:

- Melhoramento do SIPOC (Sistema de gestão documental e *workflow*) visando a sua otimização de desempenho e uma melhor adequação dos perfis de acesso às necessidades de funcionamento da organização;
- Renovação tecnológica dos servidores - foram adquiridos, entregues e configurados 2 servidores de apoio à gestão de administração de redes;

Inovação na gestão:

- Realização do autodiagnóstico de cultura de inovação;

Desmaterialização de processos e implementação de práticas de gestão da qualidade:

- Início da implementação do Balcão do Formador, que vai permitir dar um apoio mais personalizado aos formadores criando assim uma maior aproximação;
- Construção de uma plataforma de suporte à coordenação do sistema de formação profissional da Administração Pública (CoFAP), que já tem concluída a fase de contratação do desenvolvimento da aplicação;
- Início da criação de um Plano de Comunicação;
- Revisão dos processos e procedimentos, de forma de melhorar o funcionamento interno e obter uma maior qualidade dos mesmos;

Proposta de Menção

Os objetivos relativos ao QUAR 2022 foram todos atingidos, conforme se observa na tabela infra. A taxa de realização anual do QUAR corresponde a 101%, dividido em taxas de realização por parâmetros de 103% para a Eficácia e de 100% para a Eficiência e Qualidade.

Deste modo, considerando o grau de cumprimento dos objetivos operacionais do INA para 2022 e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro a taxa de realização do QUAR, a apreciação qualitativa dos resultados alcançados e dos desvios verificados, ao que se soma os resultados alcançados no Plano de Atividades de 2022, com uma taxa de realização global de 129% propõe-se, para o ano de 2022, a menção de desempenho “Bom”.

Objetivo Operacional e Indicador	Parâmetro	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de realização	Classificação
OP1: Implementar as medidas de capacitação da Administração Pública previstas no âmbito do PRR	Eficácia				45%			Atingido
Ind. 1: Taxa de execução anual dos programas à responsabilidade do INA		75%	15%	100%	75%	60%	100%	
Ind. 2: N.º de certificados emitidos no âmbito das medidas PRR		4 000	1 000	6 250	25%	4 867	100%	
OP2: Rever e reforçar a oferta formativa anual do INA, I.P. com enfoque nas necessidades prioritárias de capacitação da Administração Pública, em particular em áreas estratégicas	Eficácia				55%			Atingido
Ind. 3: Taxa de execução do Programa de Formação anual		85%	13%	100%	50%	75%	100%	
Ind 4: Índice de satisfação dos formandos		5	1	7	50%	6	113%	
OP3: Implementar a plataforma de suporte à Coordenação do sistema de Formação profissional da Administração Pública (CoFAP)	Eficiência				30%			Atingido
Ind. 5: N.º de dias corridos para a finalização do procedimento de contratação do desenvolvimento da aplicação		334	32	273	30%	362	100%	
Ind. 6: Taxa de execução do Plano de Projeto		50%	15%	100%	70%	50%	100%	
OP4: Agregar e dinamizar um ecossistema gerador de conhecimento de valor público, em ligação estreita com Instituições de Ensino Superior e Unidades de Investigação e Desenvolvimento	Eficiência				70%			Atingido

Objetivo Operacional e Indicador	Parâmetro	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de realização	Classificação
Ind. 7: N.º de protocolos ou acordos estabelecidos (amplitude do ecossistema de IES e I&D para a AP) com dinamização do INA, I.P.		4	1	6	100%	3		
OP5: Desenvolver e implementar uma política integrada de Recursos Humanos	Qualidade				50%			Atingido
Ind. 8: Índice de compromisso organizacional		7	1	10	50%	7,5	100%	
Ind. 9: N.º de horas de formação dos trabalhadores do INA		40	6	58	50%	45	100%	
OP6: Promover a relação com formadores e potenciais formadores do INA, I.P.	Qualidade				50%			Atingido
Ind. 10: Taxa de execução do Plano “Balcão do Formador”		25%	4%	36%	100%	22%	100%	

Tabela 9 – Resultados | QUAR 2022

Análise da Afetação de Recursos Humanos

Tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos e operacionais definidos desta organização nas suas diversas vertentes, o INA realizou um esforço de racionalização de recursos humanos e financeiros, procurando sempre a melhoria dos resultados e da qualidade dos serviços prestados. Os resultados alcançados e as iniciativas realizadas pelos trabalhadores das diferentes unidades orgânicas, foram possíveis mediante a utilização de um conjunto de recursos, cujo nível de execução será objeto de análise na perspetiva dos recursos humanos.

O Mapa de Pessoal do INA, aprovado para 2022, apresentou uma taxa de ocupação de 87% (105 postos de trabalho ocupados), considerando que existem trabalhadores que pertencem ao mapa de pessoal do INA, mas que se encontram em exercício de funções noutras organismos, havendo, portanto, potencial para recrutamento de trabalhadores. Contemplava um total de 121 postos de trabalho, distribuídos conforme quadro infra:

Cargo/Carreira/Categoria	Total de Postos de Trabalho
Presidente	1
Vogais	2
Diretor de serviço	4
Chefe de Departamento	7
Investigação	1
Técnico Superior	69
Especialista de Informática	5
Assistente Técnico	23
Técnico de Informática	6
Assistente Operacional	3
Total	121

Tabela 10 – Mapa de Pessoal aprovado para 2022 (Síntese)

O grupo de pessoal mais representativo é o de técnico superior, com 46 trabalhadores, que corresponde a uma taxa de emprego do grupo profissional de 53% do total de efetivos. Com 23%, surge o grupo profissional de assistentes técnicos, constituindo por 20 trabalhadores, seguido pelo grupo de dirigentes superiores e intermédios com 13%. Os grupos profissionais menos representados são o pessoal de informática com 8%, os assistentes operacionais com 2% e o grupo de pessoal de investigação científica com 1%.

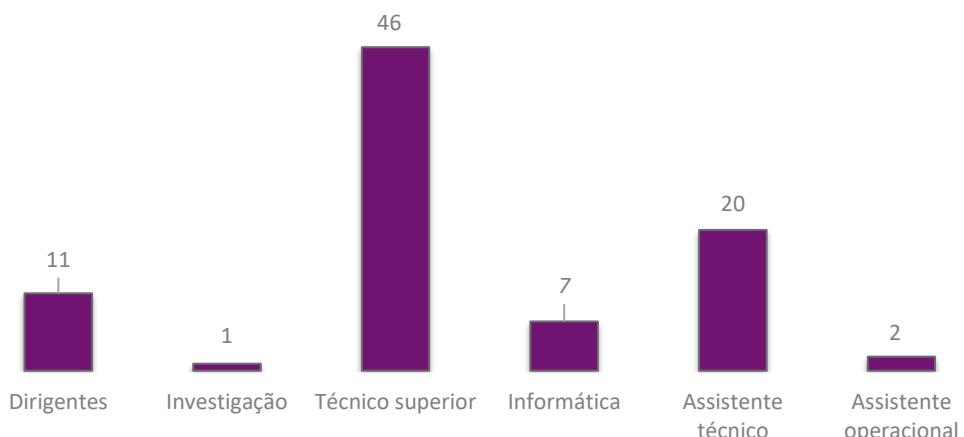


Figura 6 – Distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal

Com objetivo de atrair e reter potencial talento, o INA, desenvolveu ao longo do ano diversas iniciativas de recrutamento, quer por via de mobilidade entre serviços da administração pública, quer através de procedimentos concursais. Destaca-se aqui o recrutamento centralizado da Administração Pública, pelo qual, no ano de 2022, foi possível recrutar um trabalhador. Por outro lado, a adoção do modelo de prestação de trabalho em formato híbrido, permitiu uma maior amplitude geográfica, com duas trabalhadoras em Coimbra e no Algarve, e uma maior flexibilização e conciliação das vertentes profissionais, pessoais e familiares dos trabalhadores.

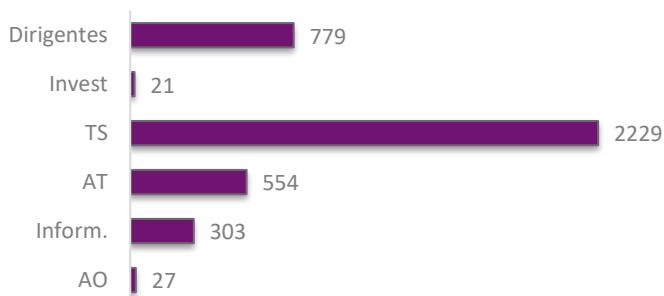
A taxa de feminização de 83% registada neste ano, a que corresponde um universo de 72 trabalhadoras, face ao universo masculino de 15 trabalhadores, mantendo-se assim a tendência de predominância do género feminino.

Ano	Dirigentes		Investigação		Técnico Superior		Assistente técnico		Informática		Assistente operacional		Subtotal		<i>Total global</i>
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
2020	24%	13%	0	0	35%	49%	29%	5%	6%	30%	6%	4%	17	80	97
2021	18%	12%	0	2%	41%	51%	29%	5%	6%	29%	6%	2%	17	65	82
2022	20%	11%	0	1%	33%	57%	27%	4%	13%	25%	7%	1%	15	72	87

Tabela 11 – Evolução de efetivos por género e grupo profissional

No ano de 2022, regista-se um total de 86 participações em ações de formação profissional, a que corresponde um total de 3913 horas de formação. Todos os grupos profissionais beneficiaram de formação profissional, sendo o grupo com maior representatividade, o do pessoal da carreira geral de técnico superior.

Face ao ano anterior, em que se registou um total de 988 horas de formação, verifica-se um aumento de 2925 horas em formação.


Figura 7 – Horas despendidas em ações de formação por grupo profissional

Análise Orçamental e Financeira

A execução orçamental do INA respeitou o quadro normativo vigente, execução que, para além das cativações previstas na Lei do Orçamento de Estado e no Decreto-Lei de Execução Orçamental aplicável em 2022, está igualmente influenciada pelo cumprimento dos limites de Fundos Disponíveis fixados mensalmente no âmbito da Lei n.º 127/2012, de 21 de junho,

na sua versão atualizada, que limita o valor dos compromissos e pagamentos a assumir mensalmente.

Neste ano, a atividade foi condicionada, em especial no primeiro semestre, pela vigência do regime de execução do orçamento das despesas segundo o princípio da utilização por duodécimos e pela aplicação de cativações orçamentais nas rubricas das aquisições de bens e serviços, que diminuíram severamente a capacidade para acomodar as despesas essenciais às atividades geradoras de receita.

Execução Orçamental da Receita

Analizando de forma mais pormenorizada a execução orçamental da receita, constatamos que o valor total de receita cobrada foi de 6.573.511,53€, que representa um decréscimo de 2.017.524,05€ relativamente ao realizado em 2021. Refira-se, no entanto, que para esta diminuição contribuiu significativamente a receita proveniente do Orçamento do Estado que teve um decréscimo de 1.420.829,37€, resultante da redução das despesas com pessoal decorrente do ajustamento do mapa de pessoal do INA, à realidade após a passagem da gestão dos trabalhadores do Regime de Valorização Profissional para a DGAEP. Quanto à arrecadação de receita própria, proveniente da atividade da formação, verificou-se uma diminuição de 71% face ao ano anterior, registando-se um valor de 811.129,54€, que se prende com a implementação do PRR que disponibiliza formação gratuita, desviando a procura para esses cursos.

Importa analisar a estrutura da Receita do INA, no ano de 2022, pelo que se apresenta o quadro seguinte:

Tipologia da Receita	2022	2021	Δ
Receitas de Impostos	3 282 871,60	4 703 700,97	-30%
Receitas Próprias	811 129,54	2 826 450,33	-71%
Projetos	2 479 510,39	1 060 884,28	134%
Total	6 573 511,53	8 591 035,58	-23%

Tabela 12 – Execução Orçamental | Receita

Analisando a sua estrutura, podemos constatar que 50% do valor arrecadado corresponde a receitas de impostos, provenientes do Orçamento de Estado.

Estrutura da Receita

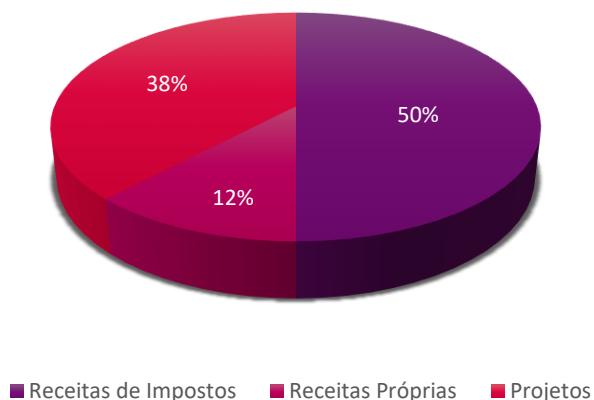


Figura 8 – Estrutura da Receita

Execução Orçamental da Despesa

Da análise da execução orçamental da despesa, constata-se que no período em análise, o total de despesa ascendeu a 6.447.469,33€, que corresponde a um acréscimo de 12% face ao período homólogo e para o qual contribuíram, de forma mais significativa, os gastos ocorridos no âmbito do PRR, nomeadamente nos encargos com honorários de formadores.

Afigura-se igualmente importante apresentar a estrutura da Despesa do INA no ano de 2022, que se encontra retratada na tabela e figura seguintes:

Tipologia da Despesa	2022	2021	Δ
Despesas com Pessoal	2 744 549,31	4 217 661,34	-35%
Aquisição de Bens e Serviços	1 150 539,27	1 252 423,01	-8%
Outras Despesas Correntes	2 165 974,04	89 808,33	2312%
Despesas de Capital	386 406,71	192 476,39	101%
Total	6 447 469,33	5 752 369,07	12%

Tabela 13 – Execução Orçamental | Despesa

Estrutura da Despesa

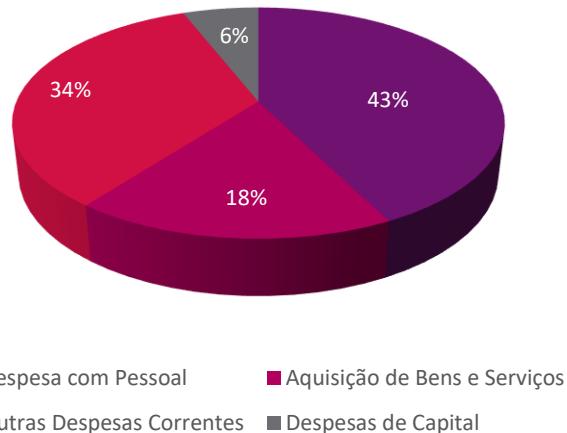


Figura 9 – Estrutura da Despesa

Considerando a estrutura da Despesa, acima representada, constata-se que as despesas com o pessoal representaram 43% do total, verificando-se, no entanto, uma diminuição em cerca de 35%, da percentagem da despesa executada neste agrupamento, comparativamente ao apurado no ano anterior. Importa igualmente salientar que, face aos constrangimentos colocados, principalmente pela aplicação do regime duodecimal de execução orçamental, o peso das despesas com aquisições de bens e serviços correntes na estrutura de despesa do INA diminuiu cerca de 8% em 2022.

Análise da Situação Financeira

Paralelamente à análise da execução orçamental, a verificação dos documentos de suporte à análise financeira do INA, Balanço e Demonstração de Resultados, permite-nos aferir numa ótica financeira e patrimonial, as conclusões que apresentamos nos pontos seguintes.

Rendimentos

A estrutura de Rendimentos do INA, no final da gerência de 2022, foi a seguinte:

Rendimentos e Ganhos	2022	2021	Δ
Venda e Prestações de Serviços	634 742,55	1 489 917,10	-57%
Transferências e Subsídios Obtidos	5 605 692,45	4 706 700,97	19%
Outros Rendimentos	15 229,58	115 431,69	-87%
Total	6 255 664,58	6 312 049,76	-1%

Tabela 14 – Rendimentos e Ganhos

Estrutura de Rendimentos



A análise da estrutura de rendimentos permite verificar que os proveitos resultantes da atividade de prestação de serviços do INA representaram, em 2022, 10% do total dos rendimentos obtidos. O valor das vendas e prestações de serviços, apresenta uma quebra de 57% face ao período homólogo, que encontra justificação por um lado, na não realização das formações destinadas a dirigentes da Administração Pública, CAGEP e FORGEP, por força da restruturação destes cursos que serão realizados apenas em 2023 através de consórcios celebrados entre o INA e as Instituições de Ensino Superior. Por outro lado, também na formação inicial dirigida aos técnicos superiores que ingressam na Administração (CAT), se

registou uma redução significativa do valor, decorrente da alteração do seu formato desta formação, com uma redução significativa do número de horas. Por fim, relativamente à formação transversal, a redução do valor registado, prende-se com o com o desvio da procura por parte dos organismos públicos, para as formações gratuitas no âmbito do PRR e do projeto da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (VMVD), que, não obstante do seu financiamento através de fundos comunitários, consomem recursos internos, humanos e financeiros, sem que as verbas atribuídas possam ser utilizadas para fazer face às despesas de funcionamento.

O acréscimo de 19% na conta de Transferências e Subsídios Obtidos, não obstante da diminuição do valor recebido em transferências de Receitas de Impostos, encontra explicaçāo no financiamento recebido no âmbito do PRR e do projeto VMVD, que não existiam em 2021.

Gastos

A estrutura de Gastos do INA, no final da gerência de 2022 foi a seguinte:

Gastos e Perdas	2022	2021	Δ
Custo Mercadorias Vendidas e Consumidas	0,00	365,12	-100%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 246 268,52	995 116,84	25%
Gastos com Pessoal	3 065 934,88	3 492 349,03	-12%
Transferências e Subsídios Concedidos	2 165 823,42	64 127,20	3277%
Gastos de Depreciação e Amortização	93 398,77	52 880,20	77%
Gastos de Financiamento	4,50	376,38	-99%
Outros Gastos	165 361,94	449 443,83	-63%
Total	6 736 792,03	5 054 658,60	33%

Tabela 15 – Gastos e Perdas

Estrutura de Gastos

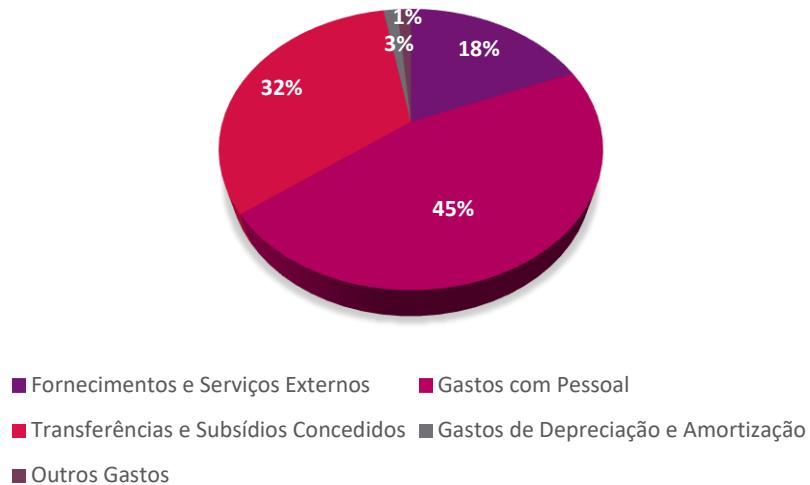


Figura 11 – Estrutura de Gastos

Na estrutura de gastos, em 2022, evidencia-se que, não obstante do peso dos gastos com pessoal, cerca de 45%, verificou-se uma redução de 12% face ao ano anterior. A classe de Fornecimentos e Serviços Externos, sofreu um aumento de 25% relativamente a 2021, explicado não apenas pelo aumento das despesas com os formadores e produção de conteúdos dos cursos PRR e VMVD, mas também de forma mais significativa, pelos encargos assumidos decorrentes da realização do congresso bianual do INA, pela promoção das consultas da medicina no trabalho e pelas despesas com intervenções de melhoria nas instalações.

Importa ainda referir, o valor das Transferências e Subsídios Concedidos para as CCDR e FEFAL, no âmbito do PRR, uma vez que o INA, para além de beneficiário final, é também beneficiário intermédio neste projeto, competindo-lhe não apenas conceder, mas igualmente gerir as verbas atribuídas a estes organismos.

Resultados

Considerando os montantes de gastos e rendimentos anteriormente referidos, os resultados apurados do exercício de 2022 foram os seguintes:

Resultados	2022	2021	Δ
Resultados Operacionais	-511 479,48	-805 745,53	-37%
Gastos de Financiamento	-4,50	-376,38	-99%
Resultado Líquido do Exercício	-511 483,98	-806 121,91	-37%

Tabela 16 – Resultado Líquido do exercício

O Resultado Líquido do Exercício (RLE) consubstancia a atividade desenvolvida pelo INA, uma vez que reflete através da estrutura de rendimentos e gastos do exercício, a sua performance a nível financeiro. Este resultado pode ser explicado em 2022, pela quebra acentuada de receita própria, uma vez que simulado o exercício de demonstração de resultados com valores da prestação de serviços de formação semelhantes aos registados em 2021, o RLE apresentaria um valor positivo em cerca de 21.000,00€, que apesar de não ser muito expressivo, seria suficiente para colmatar o ligeiro acréscimo de custos.

Apreciação de Resultados e Avaliação Final

Comparando a evolução económico-financeira do ano de 2022 com o período homólogo, podemos concluir que os aspetos que mais influenciaram as contas das demonstrações financeiras e orçamentais e os resultados obtidos, foram:

- A utilização dos duodécimos no primeiro semestre do ano, que abalaram a capacidade orçamental para acomodar despesa, nomeadamente com a atividade formativa e impactando principalmente no início do ano, a capacidade para gerar receita;
- A taxa de execução orçamental efetiva, valor calculado através do rácio que relaciona a despesa paga com a receita cobrada, situou-se nos 98%;

- O decréscimo da receita própria proveniente da prestação de serviços de formação, principal fonte de financiamento em receitas próprias do INA, decorrente da não realização das formações para dirigentes e para técnicos superiores aquando do ingresso na Administração, bem como ao desvio da procura de formação gratuita do PRR e VMVD;
- O aumento do valor dos Ativos (classe 4), em cerca de 29%, que corresponde a um valor em absoluto de 226.762,99€, explicado pela aquisição de equipamentos informáticos, computadores portáteis e equipamento de rede, e com a aquisição de softwares de comunicação;
- O valor apurado na conta Caixa e Depósitos do Balanço, que reflete as operações de tesouraria e é justificado, pelas transferências por parte da EMRP, com a finalidade de permitir a execução da formação planeada pelo INA, conforme o estabelecido no contexto do PRR;
- O valor do Passivo não corrente em 2022 não regista alterações, em consequência da constituição de uma provisão no valor de 2.060.513,07€ no ano anterior, para reconhecimento contabilístico do eventual encargo relativo ao processo judicial no qual o INA é visado, que ainda não foi transitado em julgado e consequentemente, sem emissão da liquidação das custas para finalização do processo;
- No Passivo corrente, regista-se um aumento que se prende com o valor de outras contas a pagar, para a qual contribui com maior expressão, as transferências efetuadas no âmbito do PRR.

Neste sentido, propõe-se que o RLE, no valor de -511 483,98 seja aplicado em Resultados Transitados no ano seguinte.

Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Os documentos elencados de seguida, que constituem parte integrante deste relatório, serão apresentados em anexo. Não obstante, a descrição e justificação para os valores apurados nestes documentos, serão expostos no ponto seguinte.

- Balanço a 31 de dezembro de 2022;

- Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2022;
- Mapa de Execução Orçamental da Despesa 2022;
- Mapa de Execução Orçamental da Receita 2022;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

Conclusões Prospetivas

Em 2022 foram materializadas opções estratégicas assumidas anteriormente, mas foram igualmente executadas outras iniciativas no âmbito da missão e dos eixos de atuação. A atividade do INA estruturou-se em torno do seu Plano Estratégico para o período 2022-2026 e dos seus objetivos estratégicos, aos quais se fizeram corresponder objetivos operacionais, tendo sido alcançados resultados amplamente positivos, considerando as dinâmicas externas e internas que contextualizaram e influenciaram a definição de prioridades para o ciclo de gestão em apreço.

Relativamente à instalação da nova base institucional e operacional, destaca-se a elaboração da matriz estratégica para o período 2022-2026 que constitui a pedra basilar da ação do INA e que, em articulação com a elaboração do Plano de Capacitação Estratégica para a AP até 2026, constitui a pedra angular de uma renovada oferta formativa para a Administração Pública, e ainda a formalização do contrato com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) no âmbito da operacionalização dos programas do PRR.

Cumpre ainda destacar a centralização da atividade do INA no edifício em Algés e a futura, ainda que se reconheça alguma imprevisibilidade, mudança para as instalações do edifício Campus APP, no centro de Lisboa, o que lhe permitirá estar junto da entidade a quem compete a respetiva superintendência, potenciando uma agilização e aperfeiçoamento de processos, e uma consolidação junto de outras Instituições Públicas, a implementação de novas práticas no regime de prestação de trabalho (teletrabalho híbrido) conciliadoras da vida profissional e pessoal, com vista à prossecução dos objetivos consagrados na Estratégia

Portugal 2030³ – as “pessoas primeiro”, a formalização da comissão de serviço dos dirigentes superiores e intermédios de primeiro nível - perspetivando consolidar a estabilidade da organização.

Neste ano, foram constituídos os instrumentos de execução e monitorização dos projetos no âmbito do PRR, que irão ter continuidade nos anos subsequentes, na promoção da modernização do Estado e da Administração Pública.

Em suma, em 2022, os objetivos delineados no QUAR e Plano de Atividades foram, na sua maioria, cumpridos e em alguns casos mesmo superados, apesar dos constrangimentos já descritos.

Deste modo, no que se refere a 2023, foram identificados desafios, sendo de destacar os mais significativos:

- O cumprimento das metas contratualizadas no âmbito do PRR;
- O alargamento da oferta de formação para dirigentes e a oferta de cursos de pós-graduação e de especialização, em articulação com as Instituições de Ensino Superior e Unidades I&D em domínios como a capacitação digital, administração pública, gestão e finanças;
- A disponibilização de cursos formação transversal de forma tendencialmente gratuita;
- A prossecução do fortalecimento da ligação das instituições científicas e académicas, com as empresas e a Administração Pública;
- O investimento na dinamização da inovação como fator determinante da transformação sustentada da Administração Pública;
- A continuação do processo de desenvolvimento de capacidade prospectiva com o intuito de realizar exercícios de *horizon scanning*, como forma de antecipar

³ A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030: i) as pessoas primeiras: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; ii) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; iii) transição climática e sustentabilidade dos recursos, e iv) um país competitivo externamente e coeso internamente.

elementos de mudança com impacto na Administração Pública e na formação profissional;

- O reforço na transformação digital, uma vez que constitui um requisito fundamental na qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- A continuação da promoção de medidas de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- A continuação da implementação de renovados mecanismos de controlo de gestão e revisão, e desmaterialização de processos e procedimentos;
- A promoção da relação com atuais e potenciais formadores do INA, através do desenvolvimento do Balcão do Formador;
- A continuação dos esforços com o intuito de reforçar o posicionamento institucional na esfera da cooperação internacional.

Anexos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

Conta de Gerência referente ao exercício de 2022

O Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2021 de

12 de maio, veio definir a missão, atribuições e tipo de organização interna do INA — Instituto Nacional de Administração, I. P., abreviadamente designado por INA, I. P., enquanto instituto público de regime especial, tendo sido extinta a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, enquanto serviço central da administração direta do Estado. Este novo organismo, instituto público, integrado na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Por esta via, foi reforçado o papel do INA, I. P., como organismo de criação, transmissão e difusão do conhecimento, no domínio da Administração Pública, contribuindo, através de formação, educação e desenvolvimento científico, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade

Designação: INA — Instituto Nacional de Administração, I. P.

Sede: Alameda Hermano Patrone – Edifício Catavento,

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração pública

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial

Código de Classificação Orgânica: 09 1 02 02 00

1.1.1. Estrutura Organizacional

Considerando que a Portaria n.º 100 -B/2021 de 11 de maio, publicada no *Diário da República* n.º 91, 1.ª série de 11 de maio, fixa a estrutura nuclear do Instituto Nacional de Administração, I. P. e as suas competências, tendo estabelecido as seguintes quatro unidades orgânicas intermédias de 1.º grau:

- a) Direção de Serviços de Formação e Qualificação, na qual está integrada a Secretaria Académica com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Planeamento e Concepção da Formação (DPCF);

ii) Departamento de Gestão da Formação e Secretaria Académica (DGFSAs).

b) Direção de Serviços de Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Promoção da Inovação:

i) Centro de Conhecimento no domínio da Administração Pública (Centro de Conhecimento AP).

c) Direção de Serviços de Cooperação, Conhecimento e Comunicação com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Comunicação e Relações-Públicas (DCRP);

ii) Departamento de Documentação e Difusão do Conhecimento (DDDC).

d) Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, com são criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

i) Departamento de Planeamento Estratégico e Gestão Financeira (DPEGF);

ii) Departamento dos Sistemas e Tecnologias de Informação (DSTI).

1.1.2. Descrição sumária das Atividades

A descrição e avaliação das atividades desenvolvidas encontram-se explanadas no Relatório de Gestão.

1.2. Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

1.2.1. Organização Contabilística

Os registos contabilísticos são todos efetuados informaticamente na aplicação GeRFIP – Gestão

Financeira, sistema gerido pela empresa ESPAP, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, numa lógica de adoção de Serviços Partilhados e no respeito dos requisitos legais do SNC-AP.

1.2.2. Referencial Contabilístico

Em 2022, as demonstrações financeiras do INA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, que integra as Normas de Contabilidade Pública (NCP), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

1.2.3. Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, segundo informação reportada pela ESPAP, quaisquer casos excepcionais que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa as demonstrações financeiras.

1.2.4. Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários apresenta-se conforme o seguinte:

Conta	Designação da conta	31/12/2021	31/12/2022
121000001	Tes-Fun.Própr-FP01-R	630 204,69 €	623 856,68 €
121000117	Tes-Fun.Própr-FP02-R	120,00 €	120,00 €
121000002	Tes-Fun.Própr-FP04-R	87 968,23 €	143 437,56 €
121000120	Tes-Fun.Própr-FP06-R	1 845,00 €	1 845,00 €
121000119	Tes-Fun.Comun-FC02-R	4 425 036,09 €	2 068 382,24 €
121000116	Tes-Fun.Comun-FC01-R	0,00 €	17 012,25 €
Total		5 145 174,01 €	2 854 653,73 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram extraídas da aplicação GeRFIP cuja preparação e elaboração respeita o pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos desta Direção-Geral, mantidos de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NPC) relevantes para a entidade, e são expressas monetariamente em euros.

2.1.1. Apresentação apropriada e conformidade com as NPC

As demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa desta Direção-Geral, representando de forma fiel os efeitos das transações e outros acontecimentos de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceitual e nas NPC, interpretadas e aplicadas pela ESPAP.

2.1.2. Materialidade e agregação

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. As demonstrações financeiras resultam do processamento de transações ou outros acontecimentos, agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação resulta na apresentação dos dados condensados e classificados que compõem as linhas de itens do balanço, da demonstração de resultados e de fluxos de caixa.

2.1.3. Compensação

Os ativos e passivos, rendimentos e gastos, são mensurados separadamente e não devem ser compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma norma contabilística.

2.1.4. Pressuposto da continuidade

O INA I.P. procedeu à avaliação da sua capacidade para continuar a operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o INA concluiu que dispõe de recursos adequados para manter a sua atividade na transmissão e difusão do conhecimento no domínio da Administração Pública,

contribuindo, através da formação, ensino, investigação científica e da assessoria técnica, para a inovação e modernização da Administração Pública e para a qualificação, capacitação e valorização dos recursos humanos da mesma. Não havendo a intenção de cessar as atividades no curto prazo, foi considerado adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.5. Regime de acréscimo

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o regime de acréscimo segundo o qual os rendimentos e gastos são reconhecidos no período em que foram obtidos ou incorridos, independentemente do momento do pagamento ou recebimento

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras são:

2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se for provável que fluirão para o INA benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao bem e se o custo ou justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Um AFT que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo de aquisição ou produção o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos relacionados com a colocação do bem em funcionamento. Este também pode ser adquirido através de uma transação sem contraprestação e, neste caso, a mensuração é efetuada pelo valor patrimonial tributário no caso dos imóveis ou pelo custo do bem recebido ou respetivo valor de mercado na falta deste, para outros ativos.

Após o reconhecimento como ativo, um AFT deve ser registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicar-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

A quantia amortizável de um AFT é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil e as depreciações calculadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em

conformidade com as suas vidas úteis de referência previstas no classificador 2 – Cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, divulgado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Para os bens adquiridos a partir de 2018, as taxas de depreciação utilizadas, correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe dos Bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

Para os bens adquiridos em períodos anteriores ao ano 2018 a taxa de depreciação é efetuada de acordo com o CIBE, conforme está definido na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

2.2.2. Inventários

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido em que, o custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para a sua colocação no local.

2.2.3. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o INA tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.2.4. Rendimentos

O reconhecimento e mensuração do rendimento de transações é efetuado tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação:

- Impostos, contribuições e taxas: são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.
- Vendas e prestações de serviços: são reconhecidos pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se neste caso ao regime de acréscimo.
- Transferências e subsídios correntes obtidos: entende-se por transferência corrente os recursos financeiros auferidos sem qualquer contraprestação, destinados à cobertura de gastos correntes, nos termos da NCP 14. Esta rubrica regista as transferências e subsídios destinados a gastos correntes, havendo no mesmo período económico uma correspondência entre o rendimento proveniente desta transferência ou subsídios e os gastos elegíveis.
- Subsídios e transferência para investimentos: as transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistémica e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos depreciáveis, serão mantidos no património líquido, exceto se este valor for necessário para compensar a perda por imparidade.

2.2.5. Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras e, se materiais, são divulgadas nas notas.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

É aplicado classificador 2 – Cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, divulgado pela Comissão de Normalização Contabilística, existindo, à data do relato, fichas de cadastro atualizadas onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização e respetiva quantia escriturada líquida.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e/ou perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Descrição	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
-1	-2	-3	-4	(5) = (2) - (3) - (4)	-6	-7	-8	(9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	205 029,97 €	92 267,39 €	- €	112 762,58 €	208 484,98 €	135 578,27 €	- €	72 906,71 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	205 029,97 €	92 267,39 €	- €	112 762,58 €	208 484,98 €	135 578,27 €	- €	72 906,71 €

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do Período								Quantia Escriturada
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	-10	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	112 762,58 €	3 455,01 €	- €	- €	- €	- €	-43 310,88 €	- €	- €	72 906,71 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	112 762,58 €	3 455,01 €	- €	- €	- €	- €	-43 310,88 €	- €	- €	72 906,71 €

4. ACORDOS DE CONCESSÃO: CONCEDENTES

No período findo a 31 de dezembro de 2022, o INA não deteve quaisquer acordos de concessão.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são recursos que uma empresa detém, com carácter de permanência ou continuidade, não se destinando a ser vendidos ou transformados no decurso das suas atividades normais. Os Ativos fixos tangíveis são ativos destinados a serem utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços para fins administrativos, sendo expectável que a sua utilização seja superior a um período económico

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Descrição	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
-1	-2	-3	-4	(5) = (2) - (3) - (4)	-6	-7	-8	(9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	739 822,95 €	333 711,36 €	- €	406 111,59 €	941 062,22 €	363 921,19 €	- €	577 141,03 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	516 524,77 €	494 157,49 €	- €	22 367,28 €	540 763,15 €	507 974,22 €	- €	32 788,93 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	48 714,88 €	30 383,09 €	- €	18 331,79 €	139 943,98 €	36 444,42 €	- €	103 499,56 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis	1 305 062,60 €	858 251,94 €	- €	446 810,66 €	1 621 769,35 €	908 339,83 €	- €	713 429,52 €
Total	1 305 062,60 €	858 251,94 €	- €	446 810,66 €	1 621 769,35 €	908 339,83 €	- €	713 429,52 €

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do Período								Quantia Escriturada
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	-10	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS										
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	406 111,59 €	201 239,27 €	- €	- €	- €	- €	-30 209,83 €	- €	- €	577 141,03 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	22 367,28 €	24 238,38 €	- €	- €	- €	- €	-13 816,73 €	- €	- €	32 788,93 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	18 331,79 €	91 229,10 €	- €	- €	- €	- €	- 6 061,33 €	- €	- €	103 499,56 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis	446 810,66 €	316 706,75 €	- €	- €	- €	- €	-50 087,89 €	- €	- €	713 429,52 €
Total	446 810,66 €	316 706,75 €	- €	- €	- €	- €	-50 087,89 €	- €	- €	713 429,52 €

6. LOCAÇÕES

A locação, é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário operacional de equipamento de cópia e impressão o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos. No período findo a 31 de dezembro de 2022 o INA detém um contrato de locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo, software de gestão, assistência técnica e fornecimento de consumíveis, com início a 01/01/2022 e término a 31/12/2024, no valor de 8 188,00€/ano com a entidade Beltrão Coelho, Lda.

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O INA não tem contratualizado qualquer operação de financiamento e, consequentemente o reconhecimento de custos com empréstimos bancários.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis, terrenos ou edifícios, ou partes de ambos, detidos por uma entidade pública para obtenção de rendimento e/ou valorização de capital. No período findo a 31 de dezembro de 2022 o INA não detém propriedades de investimento.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram detetados acontecimentos e circunstâncias que conduzissem ao reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade de ativos.

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, a rúbrica inventários tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	Quantia escriturada final		
	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Recuperável
1	2	3	(4) = (2) - (3)
Mercadorias	57 626,57 €	- €	57 626,57 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	57 626,57 €	0,00 €	57 626,57 €

Os movimentos ocorridos no período constam no quadro seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos/ Gastos	Quantia escriturada final				Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
				Variações	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	7			
	1	2	3	4	5	6	7	8		$(9) = (1) + (2) - (3) -/+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)$
Mercadorias	105 682,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	49 920,80 €	1 864,58 €		57 626,57 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	105 682,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	49 920,80 €	- €	- €	57 626,57 €

11. AGRICULTURA

Não aplicável

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos de transações com contraprestação decorrentes da normal atividade do INA, são reconhecidos pelo seu justo valor, entendendo-se como tal, que o mesmo é livremente fixado entre as partes contratantes numa base negocial e de independência. Estes rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, em conformidade com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Rendimento com contraprestação	2022	2021
Venda de bens		
Livros	2 324,58 €	2 877,36 €
Outros	- €	- €
Prestações de serviços e concessões		
Estudos, Parecer, Proj e Consultorias	- €	- €
Ações de formação	632 417,97 €	1 487 039,74 €
Total	634 742,55 €	1 489 917,10 €

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos 4.703.700,97€ e 5.704.163,27€ respetivamente, são provenientes das seguintes transações e acontecimentos sem contraprestação:

Transações sem contraprestação	2022	2021
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 704 163,27 €	4 703 700,97 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	- €	- €
Total	5 704 163,27 €	4 703 700,97 €

14.1. Transferências e subsídios correntes obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos evidenciava a seguinte decomposição:

Transferências e subsídios correntes obtidos	2022	2021
Transferências - Orçamento Estado	3 224 652,88 €	4 695 564,52 €
Transferências e Subsídios FSE	2 479 510,39 €	8 136,45 €
Outras transferências correntes obtidas	- €	- €
Total	5 704 163,27 €	4 703 700,97 €

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Uma provisão deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa da obrigação.

Provisões	Quantia escriturada inicial	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final
Impostos, contribuições e taxas	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	2 060 513,07 €	- €	- €	2 060 513,07 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	- €	- €	- €	- €
Total	2 060 513,07 €			2 060 513,07 €

As provisões para processos judiciais em curso são calculadas tendo por base o risco expectável para o desfecho dos processos e a melhor estimativa disponível relativa ao risco expectável.

Em 2021, encontram-se constituídas as seguintes provisões provenientes de processos judiciais em curso:

Processo	Tribunal	Motivo	Valor da Provisão
Procº 2455/09,9 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé	Anulação de 5 despachos praticados pela Comissão Diretiva do POPH em 2018	2 060 513,07 €

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No período findo em 31 de dezembro de 2022, o INA não registou operações em moeda estrangeira.

17. OPERAÇÕES APÓS A DATA DO RELATO

As demonstrações financeiras foram disponibilizadas pela ESPAP em 02/06/2023 e autorizadas para emissão pela Conselho Diretivo em funções.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço e que demonstram evidência de condições que já existiam à data deste, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações. Caso contrário eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem refletidos das demonstrações financeiras.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A NCP 18 prevê que a mensuração inicial dos ativos ou dos passivos financeiros, aquando do seu reconhecimento, deve ser feita pelo seu justo valor. Quando a mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros não possa ser feita pelo justo valor, a NCP 18 dispõe que os custos de transação ou os custos de emissão, consoante se trate, respetivamente, de ativos ou passivos financeiros, sejam acrescidos ao custo de aquisição.

18.1. Estado e Outros Entes Públcos

	2022		2021	
	Ativo	Passivo		Passivo
Retenção Imp s/Rend-Trab Dependente	- €	37 865,84 €	€	36 357,84 €
Retenção Imp s/Rend-Trab Independente	- €	1 095,00 €	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	- €	45,46 €	6 621,91 €	- €
Cont. Sistemas Proteção Social-Parte Trabalhador	- €	10 521,93 €	- €	9 531,62 €
Cont. Sistemas Proteção Social-Parte Patronal	- €	20 697,72 €	- €	20 697,72 €
Cont. Subsistemas Saúde-Parte Trabalhador	- €	321,00 €	- €	- €
Cont. Subsistemas Saúde-Parte Patronal	- €	2 019,94 €	€	2 019,94 €
Total	- €	72 566,89 €	6 621,91 €	68 607,12 €

O montante inscrito em Retenção do Imposto sobre o Rendimento e Contribuições no passivo no valor de 72.566,89€, respeitam às retenções nas remunerações ao pessoal pagas em dezembro de 2022 e IVA, cuja entrega foi efetuada em janeiro de 2023.

18.2. Contas a receber

As contas a receber encontram-se registada pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Através de informação recolhida, não foi determinado que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente) não tendo sido efetuado o reconhecimento de perdas por imparidade dessas dívidas a receber.

Em 31 de dezembro de 2022 existiam dívidas de clientes no montante de 271.044,54€.

	Saldo Inicial	Imparidades	Saldo Final

Clientes/Contribuintes/Utentes - Clientes C/C-Reali. até 12 meses	271 044,54 €	- €	271 044,54 €
Clientes, contribuintes e utentes	271 044,54 €	- €	271 044,54 €

18.3. Outros Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante registado na rubrica de Outras contas a receber é composto por:

Outras contas a receber	2022	2021
Outros Devedores - Controlo Duplo Cabimento	2 838 666,51 €	2 838 666,51 €
Outros Devedores e Credores	50 431,47 €	183 249,23 €
Total	2 889 097,98 €	3 021 915,74 €

O valor inscrito em “Outros Devedores – Duplo Cabimento” refere-se ao saldo da receita no Tesouro, resultante da migração da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas para o INA, IP e a aguardar integração.

18.4. Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O seu despreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente quando houver lugar ao seu pagamento. As contas a pagar, à data de 31 de dezembro de 2022 ascendem a 47.791,87€, incluindo obrigações por liquidar e faturas em receção e conferência.

Fornecedores	2022	2021
Fornecedores C/C-Exigível até 12 meses	26 051,00 €	12 650,18 €
Fornec – Fat. Receção e Conferência -C/ Dotação	21 740,87 €	- €
Total	47 791,87 €	12 650,18 €

18.5. Outras Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante registado na rubrica de Outras contas a pagar é composto por:

Outras contas a pagar	2022	2021
Credores Acrésc Gastos-Rem. A Liquid	348 071,92 €	863 310,92 €
Credores Acrésc Gastos-Out Acres Gastos	391,55 €	0,00 €
Out Dev e Cred-Sindicatos	30,97 €	24 226,46 €
Out Cred-Outros-Exigível até12 meses	651 931,78 €	5 076 566,89 €
Total	1 000 426,22 €	5 964 104,27 €

18.6. Demonstração das Alterações do Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, as alterações ao Património Líquido eram as constantes no mapa infra:

Rubrica	Descrição	Notas	Capital/Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instr. capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vari. patr. líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
DAPL01	POSIÇÃO NO ÍNICO DO PERÍODO (1)		3 576 434,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 453 871,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-806 121,91 €	1 316 441,12 €	0,00 €	1 316 441,12 €
DAPL02	ALTERAÇÃO NO PERÍODO (2)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	844 169,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	844 169,91 €	0,00 €	844 169,91 €
DAPL03	Ajustamentos de transição de ref.contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL04	Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL17	Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	844 169,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	844 169,91 €	0,00 €	844 169,91 €
DAPL05	Diferenças de conv.de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL06	Realização de excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL07	Excedentes de revalorização e resp. variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL08	Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL09	Outras alt. reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL10	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-511 483,98 €	-511 483,98 €	0,00 €	-511 483,98 €
DAPL11	RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	332 685,93 €	0,00 €	332 685,93 €
DAPL12	OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-806 121,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	806 121,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL13	Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL18	Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL14	Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL15	Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-806 121,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	806 121,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
DAPL16	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		3 576 434,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 415 823,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-511 483,98 €	1 649 127,05 €	0,00 €	1 649 127,05 €

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela então Conselho Diretivo do INA. Todo o pessoal ao serviço do INA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o ano 2022. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

20. DIVULGAÇÕES DAS PARTES RELACIONADAS

Não aplicável

21. RELATO POR SEGMENTOS

Não aplicável

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante registado na rubrica de Gastos com Pessoal é composto por:

Gastos com Pessoal	2022	2021
Remuneração Orgões Sociais	6 832,70 €	34 914,19 €
Remunerações do Pessoal	2 466 366,60 €	2 677 122,30 €
Benefício Pós-Emprego	3 966,12 €	18 880,38 €
Encargos Remunerações-Sistemas Proteção Social	570 358,50 €	726 341,42 €
Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	396,55 €	0,00 €
Outros Gastos com Pessoal	4 474,37 €	26 383,25 €
Outros Encargos Sociais	13 540,04 €	8 707,49 €
Total	3 065 934,88 €	3 492 349,03 €

24. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

24.1. Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	RP - Receitas Próprias	RI - Receitas Impostos	EU - Financiamento União Europeia	EMPR - Contratação Empréstimos	Fundos Alheios	Total	Ano N-1
Recebimentos							
Operações orçamentais [1]	2 677 941,29 €	6 731,55 €	153 993,67 €	- €	- €	2 838 666,51 €	2 826 450,33 €
Operações de tesouraria [A]	-2 677 941,29 €	- 6 731,55 €	- 153 993,67 €	- €	5 145 174,01 €	2 306 507,50 €	- 2 470 205,29 €
R5 Transferências e subsídios correntes	- €	3 224 652,88 €	2 479 510,39 €	- €	- €	5 704 163,27 €	4 675 534,14 €
R5.1 Transferências correntes	- €	3 224 652,88 €	2 479 510,39 €	- €	- €	5 704 163,27 €	4 675 534,14 €
R5.1.1 Administrações Públicas	- €	3 224 652,88 €	- €	- €	- €	3 224 652,88 €	4 675 534,14 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Port	- €	3 224 652,88 €	- €	- €	- €	3 224 652,88 €	4 667 397,69 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entit	- €	- €	- €	- €	- €	- €	8 136,45 €
R6 Venda de bens e serviços	811 129,54 €	- €	- €	- €	- €	811 129,54 €	1 060 884,28 €
R9 Transferências e subsídios de capita	- €	- €	- €	- €	- €	- €	28 166,83 €
R11 Reposição não abatidas aos pagame	- €	58 218,72 €	- €	- €	- €	58 218,72 €	28 166,83 €
ROT1 Operações Tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	2 815 155,67 €	2 815 155,67 €	- €
Pagamentos							
D1 Despesas com o pessoal	4 288,23 €	2 713 658,02 €	26 603,06 €	- €	- €	2 744 549,31 €	4 217 661,34 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	3 606,47 €	2 190 588,63 €	21 567,59 €	- €	- €	2 215 762,69 €	3 311 966,87 €
D1.2 Abonos variaveis ou eventuais	681,76 €	12 860,73 €	98,63 €	- €	- €	13 641,12 €	32 449,25 €
D1.3 Segurança Social	- €	510 208,66 €	4 936,84 €	- €	- €	515 145,50 €	873 245,22 €
D2 Aquisição de bens e serviços	700 026,02 €	95 037,24 €	355 476,01 €	- €	- €	1 150 539,27 €	1 252 423,01 €
D3 Juros e outros encargos	53,52 €	- €	- €	- €	- €	53,52 €	150,68 €
D4 Transferências e subsídios correntes	18 184,42 €	53 232,00 €	2 094 407,00 €	- €	- €	2 165 823,42 €	64 127,20 €
D4.1 Transferências correntes	18 184,42 €	53 232,00 €	2 094 407,00 €	- €	- €	2 165 823,42 €	64 127,20 €
D4.1.1 Administrações Públicas	1 390,73 €	- €	2 094 407,00 €	- €	- €	2 095 797,73 €	- €
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Port	- €	- €	- €	- €	- €	1 707 160,73 €	- €
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entit	1 390,73 €	- €	1 705 770,00 €	- €	- €	1 707 160,73 €	- €
D4.1.1.5 Administração Local	- €	- €	388 637,00 €	- €	- €	388 637,00 €	- €
D4.1.4 Outras	16 793,69 €	53 232,00 €	- €	- €	- €	70 025,69 €	64 127,20 €
D5 Outras despesas correntes	97,10 €	- €	- €	- €	- €	97,10 €	25 530,45 €
D6 Aquisição de bens de capital	63 933,19 €	322 473,52 €	- €	- €	- €	386 406,71 €	192 476,39 €
DOT1 Operações Tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	5 231 718,15 €	5 231 718,15 €	- €
Saldo para a Gerência Seguinte	24 547,06 €	98 470,82 €	3 024,32 €	- €	2 728 611,53 €	2 854 653,73 €	5 145 174,01 €
Despesa Corrente	722 649,29 €	2 861 927,26 €	2 476 486,07 €	- €	- €	6 061 062,62 €	5 559 892,68 €
Despesa de Capital	63 933,19 €	322 473,52 €	- €	- €	- €	386 406,71 €	192 476,39 €
Despesa Efetiva [5]	786 582,48 €	3 184 400,78 €	2 476 486,07 €	- €	- €	6 447 469,33 €	5 752 369,07 €
Despesa não Efetiva [6]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Soma [7] = [5] + [6]	786 582,48 €	3 184 400,78 €	2 476 486,07 €	- €	- €	6 447 469,33 €	5 752 369,07 €
Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	2 702 488,35 €	105 202,37 €	157 017,99 €	- €	- €	2 964 708,71 €	2 838 666,51 €
Operações Tesouraria [D] = [A] + [B]	-2 677 941,29 €	- 6 731,55 €	- 153 993,67 €	- €	2 728 611,53 €	- 110 054,98 €	2 306 507,50 €
Saldo Global [2] - [5]	24 547,06 €	98 470,82 €	3 024,32 €	- €	- €	126 042,20 €	12 216,18 €
Despesa Primária	786 582,48 €	3 184 400,78 €	2 476 486,07 €	- €	- €	6 447 469,33 €	5 752 218,39 €
Saldo Corrente	88 480,25 €	362 725,62 €	3 024,32 €	- €	- €	454 230,19 €	176 525,74 €
Saldo Capital	- 63 933,19 €	- 322 473,52 €	- €	- €	- €	- 386 406,71 €	- 164 309,56 €
Saldo Primário	24 600,58 €	98 470,82 €	3 024,32 €	- €	- €	126 095,72 €	12 366,86 €
Despesa Total [5] + [6]	786 582,48 €	3 184 400,78 €	2 476 486,07 €	- €	- €	6 447 469,33 €	5 752 369,07 €
Saldo de Gerência anterior	- €	- €	- €	- €	5 145 174,01 €	5 145 174,01 €	356 245,04 €
Receita Corrente	811 129,54 €	3 224 652,88 €	2 479 510,39 €	- €	- €	6 515 292,81 €	5 736 418,42 €
Receita de Capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	28 166,83 €
Receita Efetiva [2]	811 129,54 €	3 282 871,60 €	2 479 510,39 €	- €	- €	6 573 511,53 €	5 764 585,25 €
Receita não Efetiva [3]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	3 489 070,83 €	3 289 603,15 €	2 633 504,06 €	- €	- €	9 412 178,04 €	8 591 035,58 €
Receita Total [1] + [2] + [3]	3 489 070,83 €	3 289 603,15 €	2 633 504,06 €	- €	- €	9 412 178,04 €	8 591 035,58 €

24.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rúbricas	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receita por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
	Receita Corrente											
R5	Transferências e subsídios correntes											
R5.1	Transferências correntes	10 084 820,00 €	- €	7 708 701,60 €	2 004 528,33 €	7 708 691,60 €	2 004 528,33 €	2 004 528,33 €	- €	5 704 163,27 €	5 704 163,27 €	- €
R5.1.1	Administrações Públicas	4 610 851,00 €	- €	3 224 652,88 €	- €	3 224 652,88 €	- €	- €	- €	3 224 652,88 €	3 224 652,88 €	- €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 610 851,00 €	- €	3 224 652,88 €	- €	3 224 652,88 €	- €	- €	- €	3 224 652,88 €	3 224 652,88 €	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - UE	5 473 969,00 €		4 484 048,72 €	2 004 528,33 €	4 484 038,72 €	2 004 528,33 €	2 004 528,33 €	- €	2 479 510,39 €	2 479 510,39 €	- €
R5.1.3	Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	3 622 264,00 €	448 433,22 €	902 691,23 €	268 830,46 €	811 129,54 €	- €	- €	386 030,23 €	425 099,31 €	811 129,54 €	271 164,54 €
	Receita Capital											
R9	Transferências e subsídios de capital	444 854,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	444 854,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	- €		66 788,33 €	1 397,70 €	58 218,72 €	- €	- €	- €	58 218,72 €	58 218,72 €	7 171,91 €
	Total	14 151 938,00 €	448 433,22 €	8 678 181,16 €	2 274 756,49 €	8 578 039,86 €	2 004 528,33 €	2 004 528,33 €	386 030,23 €	6 187 481,30 €	6 573 511,53 €	278 336,45 €

24.3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Rúbrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
								Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	Despesas correntes											
D1	Despesas com pessoal	- € 3 946 192,00 €	- €	- €	- €	2 744 549,31 €	2 744 549,31 €	- €	2 744 549,31 €	2 744 549,31 €	- €	- €
D1.1	Remunerações certas e permanentes	- € 3 195 021,00 €	- €	- €	- €	2 215 762,69 €	2 215 762,69 €	- €	2 215 762,69 €	2 215 762,69 €	- €	- €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	- € 14 314,00 €	- €	- €	- €	13 641,12 €	13 641,12 €	- €	13 641,12 €	13 641,12 €	- €	- €
D1.3	Segurança Social	- € 736 857,00 €	- €	- €	- €	515 145,50 €	515 145,50 €	- €	515 145,50 €	515 145,50 €	- €	- €
D2	Aquisição de bens e serviços	- € 7 377 325,00 €	2 743 234,40 €	- €	- €	1 299 175,40 €	1 164 593,90 €	- €	1 150 539,27 €	1 150 539,27 €	134 581,50 €	14 054,63 €
D3	Juros e outros encargos	- € 100,00 €	- €	- €	- €	53,52 €	53,52 €	- €	53,52 €	53,52 €	- €	- €
D4	Transferências e subsídios correntes	- € 2 188 054,00 €	- €	- €	- €	2 165 823,42 €	2 165 823,42 €	- €	2 165 823,42 €	2 165 823,42 €	- €	- €
D4.1	Outras Transferências correntes	- € 2 188 054,00 €	- €	- €	- €	2 165 823,42 €	2 165 823,42 €	- €	2 165 823,42 €	2 165 823,42 €	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	- € 91 744,00 €	91 544,00 €	- €	- €	142,56 €	97,10 €	- €	97,10 €	97,10 €	45,46 €	- €
	Despesas de Capital			- €								- €
D6	Aquisição de bens de capital	- € 548 523,00 €	- €	- €	- €	386 490,06 €	386 406,71 €	- €	386 406,71 €	386 406,71 €	83,35 €	- €
	Total	14 151 938,00 €	2 834 778,40 €		- €	6 596 234,27 €	6 461 523,96 €	- €	6 447 469,33 €	6 447 469,33 €	134 710,31 €	14 054,63 €

Entidade: 5032 INA IP

Exercício: 2022

Unidade Monetária: EUR

Período: 14

Balanço

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		713.429,52	446.810,66
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		72.906,71	112.762,58
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		788.338,23	568.673,24
Ativo corrente			
Inventários		57.626,57	105.682,79
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		120,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		271.044,54	448.433,31
Estado e outros entes públicos		0,00	6.621,91
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		2.889.097,98	3.021.915,74
Diferimentos		74.545,20	134.914,76
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para vendas		0,00	0,00
Caixa e depósitos		2.854.653,73	5.145.174,01
		8.147.088,02	8.882.742,62
Total do Ativo		8.833.424,25	8.422.315,78
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		3.576.434,60	3.576.434,60
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1.415.823,57	-1.453.871,57
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-511.483,98	-806.121,91
		1.848.127,05	1.318.441,12

Balanço

Rubricas	Notas	2022	2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisão		2.060.513,07	2.060.513,07
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		2.060.513,07	2.060.513,07
Passivo corrente			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		98.470,82	0,00
Fornecedores		47.791,87	12.650,18
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		72.566,89	68.607,12
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		1.000.426,22	5.964.104,27
Diferimentos		2.004.528,33	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		3.223.784,13	6.045.381,67
		6.284.287,20	8.105.874,84
		8.833.424,25	8.422.315,78
Total do Passivo			
Total do Património Líquido e Passivo			

O Responsável: _____

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
Vendas		2.324,58	2.877,36
Prestações de serviços e concessões		632.417,97	1.487.039,74
Transferências e subsídios correntes obtidos		5.605.692,45	4.703.700,97
Rend/Gast. Imput. ent. cont., assoc. e emp. conj.		0,00	0,00
Variações nos Inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo mat. vend., mat. consum. e Inv. transf.		0,00	-365,12
Fornecimentos e serviços externos		-1.246.268,52	-995.116,84
Gastos com pessoal		-3.065.934,88	-3.492.349,03
Transferências e subsídios concedidos		-2.165.823,42	-64.127,20
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp.de Invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Impard. de dívidas a receber(perdas/revers.)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-2.060.513,07
Imp. Invest. não dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		15.229,58	115.431,69
Outros gastos		-195.718,47	-449.443,83
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		-418.080,71	-752.865,33
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-93.398,77	-52.880,20
Impard. Invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac(antes de gastos financiamento)		-511.479,48	-805.745,53
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-4,50	-376,38
Resultado antes de Impostos		-511.483,98	-806.121,91
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-511.483,98	-806.121,91

O Responsável: _____

Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Cabilmentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposição			Compromissos a trancar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental						
								(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (8)+(7)	(10) = (6)-(8)	(11) = (6)-(8)	(12) = (9)/(2)x100
Despesa corrente																			
D.01.01.02.00.00	ÓRGÃOS SOCIAIS	0,00	466.380,00	0,00	75.040,25	75.040,25	75.040,25	0,00	75.040,25	75.040,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,09	
D.01.01.02.80.00	REMUNERAÇÃO BASE - FISCAL ÚNICO	0,00	14.700,00	0,00	14.615,40	14.615,40	14.615,40	0,00	14.615,40	14.615,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,42
D.01.01.03.00.00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	0,00	2.038.914,00	0,00	1.652.878,66	1.652.878,66	1.652.878,66	0,00	1.652.878,66	1.652.878,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,07
D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	0,00	12.000,00	0,00	3.966,12	3.966,12	3.966,12	0,00	3.966,12	3.966,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,05
D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	0,00	29.094,00	0,00	24.724,50	24.724,50	24.724,50	0,00	24.724,50	24.724,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,98
D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	0,00	1.653,00	0,00	1.415,11	1.415,11	1.415,11	0,00	1.415,11	1.415,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,61
D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	0,00	133.657,00	0,00	84.472,17	84.472,17	84.472,17	0,00	84.472,17	84.472,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,20
D.01.01.14.9F.00	SUBSÍDIO FERIAS	0,00	210.852,00	0,00	152.463,69	152.463,69	152.463,69	0,00	152.463,69	152.463,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,31
D.01.01.14.9N.00	SUBSÍDIO NATAL	0,00	221.891,00	0,00	155.369,68	155.369,68	155.369,68	0,00	155.369,68	155.369,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,02
D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PAERNIDADE	0,00	65.980,00	0,00	50.817,11	50.817,11	50.817,11	0,00	50.817,11	50.817,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,02
D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	3.961,00	0,00	3.959,60	3.959,60	3.959,60	0,00	3.959,60	3.959,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,96
D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	0,00	4.212,00	0,00	3.818,62	3.818,62	3.818,62	0,00	3.818,62	3.818,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,66
D.01.02.05.00.00	ABONO PI FALHA3	0,00	868,00	0,00	866,54	866,54	866,54	0,00	866,54	866,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,83
D.01.02.12.A0.00	INDEMNIZAÇÃO POR CESSÃO DE FUNÇÕES	0,00	4.475,00	0,00	4.474,37	4.474,37	4.474,37	0,00	4.474,37	4.474,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99
D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPECIE	0,00	798,00	0,00	521,99	521,99	521,99	0,00	521,99	521,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65,41
D.01.03.03.00.00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	0,00	4.000,00	0,00	453,60	453,60	453,60	0,00	453,60	453,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,34
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇOES	0,00	483.476,00	0,00	306.117,42	306.117,42	306.117,42	0,00	306.117,42	306.117,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,32
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	238.236,00	0,00	197.433,65	197.433,65	197.433,65	0,00	197.433,65	197.433,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,87
D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	0,00	397,00	0,00	396,55	396,55	396,55	0,00	396,55	396,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,89
D.01.03.10.P0.00	PARENTALIDADE	0,00	360,00	0,00	356,84	356,84	356,84	0,00	356,84	356,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,12
D.01.03.10.80.00	SERVICOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0,00	10.388,00	0,00	10.387,44	10.387,44	10.387,44	0,00	10.387,44	10.387,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99
D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	9.487,00	5.164,10	2.106,84	2.106,84	2.106,84	0,00	2.106,84	2.106,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,36
D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.05.00.00	ALIMENTAÇÃO-REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	0,00	254,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.06.00.00	ALIMENTAÇÃO-GENÉROS PI CONFECCIONAR	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.08.A0.00	PAPEL	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.08.79.00	OUTROS	0,00	13.901,00	12.535,30	1.325,79	1.325,79	1.325,79	0,00	1.325,79	1.325,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,54
D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	0,00	8.183,00	3.000,00	4.973,31	4.973,31	4.973,31	0,00	4.973,31	4.973,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,78
D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	27.337,00	23.069,25	2.811,97	2.811,97	2.811,97	0,00	2.811,97	2.811,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,29
D.02.01.20.00.00	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	0,00	38.787,00	35.567,00	3.184,09	3.184,09	3.184,09	0,00	3.184,09	3.184,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,21
D.02.01.21.00.00	OUTROS BENS	0,00	6.157,00	177,00	5.043,13	5.043,13	5.043,13	0,00	5.043,13	5.043,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81,91

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	(1)	Doações corrigidas	Cativos / decorativos	Cabeamentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	Unidade Monetária: EUR	
									(6)	(7)	(8) = (8)+(7)	(10) = (6)-(8)	(11) = (8)-(8)	(12) = (8)(2)x100		
D.02.02.01.80.00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	0,00	75.251,00	46.081,55	24.107,98	24.107,98	20.700,88	0,00	20.432,25	20.432,25	3.407,10	268,63	27,15			
D.02.02.02.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	31.621,00	29.640,00	1.980,14	1.980,14	1.980,14	0,00	1.980,14	1.980,14	0,00	0,00	6,26			
D.02.02.02.A0.01	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	56.533,00	10.699,95	41.831,64	41.831,64	41.831,64	0,00	39.739,41	39.739,41	0,00	2.092,23	70,29			
D.02.02.03.00.00	CONSERVAÇÃO DE BENS	0,00	80.386,00	64.617,90	6.455,61	6.455,61	6.455,61	0,00	6.455,61	6.455,61	0,00	0,00	8,03			
D.02.02.04.A0.00	PRINCÍPIO DA ONEROSIDADE	0,00	40.992,00	0,00	40.992,00	40.992,00	40.992,00	0,00	40.992,00	40.992,00	0,00	0,00	100,00			
D.02.02.04.00.00	OUTROS	0,00	222.087,00	143.047,00	56.699,65	56.699,65	56.699,65	0,00	56.699,65	56.699,65	0,00	0,00	25,53			
D.02.02.05.A0.00	HARDWARE INFORMATICO	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.06.00.00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00	3.380,00	3.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.08.00.00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS ¹	0,00	104.833,00	51.162,25	52.419,79	52.419,79	52.419,79	0,00	52.419,79	52.419,79	0,00	0,00	50,00			
D.02.02.09.B0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS	0,00	6.278,00	941,70	5.319,75	5.319,75	5.043,00	0,00	5.043,00	5.043,00	276,75	0,00	80,33			
D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	0,00	2.962,00	965,35	88,82	88,82	88,82	0,00	88,82	88,82	0,00	0,00	3,00			
D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS	0,00	16.291,00	10.647,05	2.352,33	2.352,33	2.237,53	0,00	2.237,53	2.237,53	114,80	0,00	13,73			
D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	0,00	9.916,00	5.071,55	1.695,68	1.695,68	1.695,68	0,00	1.534,63	1.534,63	0,00	161,05	15,48			
D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	0,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	0,00	6.892,00	5.000,00	1.890,90	1.890,90	1.890,90	0,00	1.890,90	1.890,90	0,00	0,00	27,44			
D.02.02.13.00.00	DESLIGAÇÕES E ESTADAS	0,00	120.843,00	109.385,70	10.600,80	10.600,80	10.600,80	0,00	10.600,80	10.600,80	0,00	0,00	8,77			
D.02.02.14.D0.00	OUTROS	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	0,00	1.786.029,00	1.368.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.16.A0.01	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	0,00	2.631.491,00	151.891,80	682.411,38	682.411,38	610.732,00	0,00	599.385,25	599.385,25	71.679,38	11.346,75	22,78			
D.02.02.17.00.00	PUBLICIDADE	0,00	180,00	0,00	179,58	179,58	179,58	0,00	179,58	179,58	0,00	0,00	99,77			
D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATÓRIA	0,00	10.911,00	4.251,65	2.989,62	2.989,62	2.579,92	0,00	2.520,37	2.520,37	409,70	59,55	23,10			
D.02.02.17.B0.A0	EM TERRITÓRIO NACIONAL	0,00	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	107.559,00	104.300,00	3.258,57	3.258,57	3.258,57	0,00	3.258,57	3.258,57	0,00	0,00	3,03			
D.02.02.18.A0.01	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	52.214,00	7.982,10	40.189,62	40.189,62	40.189,62	0,00	40.189,62	40.189,62	0,00	0,00	76,97			
D.02.02.19.A0.A0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIA, DORAS/SCANNER	0,00	10.197,00	1.890,45	8.280,36	8.280,36	8.280,36	0,00	8.280,36	8.280,36	0,00	0,00	81,20			
D.02.02.19.A0.B0	OUTROS	0,00	21.087,00	9.532,70	7.963,08	7.963,08	7.963,08	0,00	7.963,08	7.963,08	0,00	0,00	37,76			
D.02.02.19.B0.00	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	39.442,00	39.442,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.19.B0.01	SOFTWARE INFORMATICO	0,00	117.058,00	14.009,40	56.503,83	56.503,83	56.503,83	0,00	56.503,83	56.503,83	0,00	0,00	48,27			
D.02.02.19.C0.00	OUTROS	0,00	3.977,00	596,55	3.104,12	3.104,12	1.923,32	0,00	1.923,32	1.923,32	1.180,80	0,00	48,36			
D.02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO SOFTWARE	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAÇ. I.P.	0,00	69.279,00	0,00	68.105,84	68.105,84	68.105,84	0,00	68.105,84	68.105,84	0,00	0,00	98,31			
D.02.02.20.E0.00	OUTROS	0,00	1.280.323,00	309.807,25	139.066,12	139.066,12	81.802,24	0,00	81.802,24	81.802,24	57.263,88	0,00	6,39			
D.02.02.22.H0.00	OUTROS	0,00	4.325,00	442,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
D.02.02.25.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	118.173,00	95.585,00	10.108,66	10.108,66	10.108,66	0,00	10.108,66	10.108,66	0,00	0,00	8,55			
D.02.02.25.A0.01	OUTROS SERVIÇOS	0,00	28.909,00	1.381,35	11.134,40	11.134,40	10.885,31	0,00	10.885,31	10.885,31	249,09	46,42	37,49			
D.03.06.01.00.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	100,00	0,00	53,52	53,52	53,52	0,00	53,52	53,52	0,00	0,00	53,52			
D.04.03.05.00.00	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	0,00	1.391,00	0,00	1.390,73	1.390,73	1.390,73	0,00	1.390,73	1.390,73	0,00	0,00	99,98			

Entidade: 5032 INA IP

Período: 14

Exercício: 2022

Demonstração de execução orçamental da despesa

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	(2)	Dotações corrigidas	Cativos / decaivos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a trancar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
									(6)	(8)	(9) = (8)+(7)			
D.04.03.05.56.85	CODRNORTE	0,00	464.975,00	0,00	464.975,00	464.975,00	464.975,00	0,00	464.975,00	464.975,00	464.975,00	0,00	0,00	100,00
D.04.03.05.56.86	CODRCENTRO	0,00	353.801,00	0,00	353.801,00	353.801,00	353.801,00	0,00	353.801,00	353.801,00	353.801,00	0,00	0,00	100,00
D.04.03.05.56.87	CODRLVT	0,00	433.243,00	0,00	433.243,00	433.243,00	433.243,00	0,00	433.243,00	433.243,00	433.243,00	0,00	0,00	100,00
D.04.03.05.56.88	CODRALENTEJO	0,00	258.607,00	0,00	258.607,00	258.607,00	258.607,00	0,00	258.607,00	258.607,00	258.607,00	0,00	0,00	100,00
D.04.03.05.56.89	CODRALGARVE	0,00	195.144,00	0,00	195.144,00	195.144,00	195.144,00	0,00	195.144,00	195.144,00	195.144,00	0,00	0,00	100,00
D.04.05.01.00.00	CONTINENTE	0,00	388.637,00	0,00	388.637,00	388.637,00	388.637,00	0,00	388.637,00	388.637,00	388.637,00	0,00	0,00	100,00
D.04.09.01.00.00	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES	0,00	5.000,00	0,00	1.770,00	1.770,00	1.770,00	0,00	1.770,00	1.770,00	1.770,00	0,00	0,00	35,40
D.04.09.03.00.00	RESTO DO MUNDO - PAÍSES TERCEIROS E ORGANIZAÇÕES I	0,00	87.256,00	0,00	68.255,69	68.255,69	68.255,69	0,00	68.255,69	68.255,69	68.255,69	0,00	0,00	78,22
D.06.02.01.00.00	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	200,00	0,00	142,56	142,56	97,10	0,00	97,10	97,10	97,10	45,46	0,00	48,55
D.06.02.03.R0.00	RESERVA	0,00	91.544,00	91.544,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de capital														
D.07.01.03.B0.80	CONSERVACAO OU REPARACAO	0,00	122.520,00	0,00	54.070,48	54.070,48	54.070,48	0,00	54.070,48	54.070,48	54.070,48	0,00	0,00	44,13
D.07.01.07.B0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES	0,00	117.604,00	0,00	114.148,63	114.148,63	114.148,63	0,00	114.148,63	114.148,63	114.148,63	0,00	0,00	97,06
D.07.01.08.B0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES	0,00	111.030,00	0,00	69.824,51	69.824,51	69.824,51	0,00	69.824,51	69.824,51	69.824,51	0,00	0,00	62,89
D.07.01.08.B0.B0	OUTROS - SOFTWARE INFORMATICO	0,00	996,00	0,00	995,07	995,07	995,07	0,00	995,07	995,07	995,07	0,00	0,00	99,91
D.07.01.09.B0.B0	OUTROS	0,00	109.517,00	0,00	103.575,35	103.575,35	103.575,35	0,00	103.575,35	103.575,35	103.575,35	0,00	0,00	94,57
D.07.01.10.B0.B0	OUTROS	0,00	86.625,00	0,00	43.792,67	43.792,67	43.792,67	0,00	43.792,67	43.792,67	43.792,67	0,00	0,00	50,55
D.07.01.13.00.00	INVESTIMENTOS INCORPOREOS	0,00	231,00	0,00	83,35	83,35	0,00	0,00	0,00	0,00	83,35	83,35	0,00	0,00
Total		0,00	14.161.888,00	2.834.778,40	6.688.234,27	6.688.234,27	6.481.628,86	0,00	6.447.488,33	6.447.488,33	134.710,31	14.054,63	46,68	

O Responsável: _____

Entidade: 5032 INA IP

Período: 14

Exercício: 2022

Demonstração de execução orçamental da receita

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Previsões comigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas iliquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituição		Receitas cobradas iliquidadas				Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	(10) = (6) - (7)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(10) = (1) x 100	(12) = (10) / (1) x 100	
Receita corrente														
R.06.03.01.99.99	REC IMPOSTOS - ADM CTRAL-ESTADO-OUTRAS	4.610.851,00	0,00	3.224.652,88	0,00	3.224.652,88	0,00	0,00	0,00	3.224.652,88	3.224.652,88	0,00	69,94	
R.06.03.07.01.04	RECEITAS PROPRIAS - ADM CENTRAL SFA	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R.06.09.01.03.78	REC PROPRIAS - FUNDO SOC EUROPEU	278.732,00	0,00	59.002,63	0,00	59.002,63	0,00	0,00	0,00	59.002,63	59.002,63	0,00	21,17	
R.06.09.01.03.99	REC IMPOSTOS - FUNDO SOC EUROPEU	5.152.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R.06.09.01.05.78	REC PROPRIAS - UE-INSTITUICOES-OUT FUNDOS	0,00	0,00	4.425.036,09	2.004.528,33	4.425.036,09	2.004.528,33	2.004.528,33	0,00	2.420.507,76	2.420.507,76	0,00	0,00	
R.07.01.99.99.78	REC PROPRIAS - VENDA BENS-OUTROS	5.650,00	18,87	2.483,07	0,00	2.442,67	0,00	0,00	0,00	2.442,67	2.442,67	59,27	43,23	
R.07.02.02.99.78	REC PROPRIAS - OUTR-ESTUDOS FARECERES PROJ E CONSU	300,00	4,25	217,80	0,00	217,80	0,00	0,00	0,00	217,80	217,80	4,25	72,60	
R.07.02.99.01.78	REC PROPRIAS - FORMACAO-OUTROS SERV	3.616.314,00	448.410,19	899.990,36	268.830,46	808.469,07	0,00	0,00	386.030,23	422.438,84	808.469,07	271.101,02	22,36	
Receita de capital														
R.10.03.01.01.99	REC IMPOSTOS - ESTADO	444.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	0,00	54.276,78	0,00	47.530,71	0,00	0,00	0,00	47.530,71	47.530,71	6.746,07	0,00	
R.15.01.01.01.02	REC PROPRIAS-RNAP - ORG PCM	0,00	0,00	12.511,55	1.397,70	10.688,01	0,00	0,00	0,00	10.688,01	10.688,01	425,84	0,00	
Total		14.151.888,00	448.433,31	8.878.171,18	2.274.758,48	8.578.038,88	2.004.528,33	2.004.528,33	386.030,23	6.187.481,30	8.578.511,63	278.838,46	48,45	

O Responsável: _____

24.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Recebimentos de clientes		811 129,54 €	1 060 884,28 €
Recebimentos de contribuintes		0,00 €	0,00 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5 704 163,27 €	4 675 534,14 €
Recebimentos de utentes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores		-1 150 539,27 €	-1 252 423,01 €
Pagamentos ao pessoal		-2 744 549,31 €	-4 217 661,34 €
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 165 823,42 €	-64 127,20 €
Pagamentos de prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações		454 380,81 €	202 206,87 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		-2 358 494,38 €	4 751 031,66 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-1 904 113,57 €	4 953 238,53 €
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-261 516,65 €	-61 674,86 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-70 819,58 €	-130 801,53 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outros ativos		-54 070,48 €	0,00 €
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Transferências de capital		0,00 €	28 166,83 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-386 406,71 €	-164 309,56 €
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Doações		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €

Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-2 290 520,28 €	4 788 928,97 €	
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 145 174,01 €	356 245,04 €	
Equivalentes a caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00 €	0,00 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00 €	0,00 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	5 145 174,01 €	356 245,04 €	
Variações cambiais de caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
SGA De execução orçamental	2 838 666,51 €	2 826 450,33 €	
SGA De operações de tesouraria	2 306 507,50 €	-2 470 205,29 €	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 854 653,73 €	5 145 174,01 €	
Equivalentes a caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	2 854 653,73 €	5 145 174,01 €	
SGS De execução orçamental	2 964 708,71 €	2 838 666,51 €	
SGS De operações de tesouraria	-110 054,98 €	2 306 507,50 €	